



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia vinte e sete de Abril de dois mil e sete.

Aos vinte e sete dias do mês de Abril do ano dois mil e sete, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. Dr. Simões Saraiva.

Aberta a sessão, foi feita a chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado que se encontravam ausentes, o Sr. Dr. António José Rodrigues Gonçalves e o Sr. Dr. José Miguel Sousa Silva, que justificaram as suas faltas, tendo as mesmas sido consideradas justificadas pela Mesa, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea j) do nº 1 do artigo 46º-A da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. Também se encontrava ausente o Sr. Dr. José Carlos Vitorino Ferreira e a Sra. D. Maria Graciosa Rosa Fontinha Nunes, Presidentes das Juntas de Freguesia de Oliveira do Hospital e de Vila Pouca da Beira, respectivamente, que designaram, para seus substitutos, o Sr. Albino José Neves Rodrigues e a Sra. D. Maria José Miranda Vilas Boas, vogais das mencionadas Juntas de Freguesia.

Não se encontravam presentes nesta sessão o Sr. António Correia Dias, a Sra. Engª Dulce Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro e o Sr. Dr. Francisco José Marques Borges Garcia, que não remeteram justificação relativa às suas ausências.

Encontravam-se presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal e os Srs. Vereadores Maria José de Bastos Jorge Gonçalves Freixinho, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Elsa Maria Lopes Correia, Maria de Fátima Gonçalves Antunes e José Francisco Tavares Rolo.

Seguidamente, foi submetida à votação a acta da sessão ordinária de 23 de Fevereiro de 2007, tendo sido aprovada por maioria, com três abstenções.

Da presente sessão da Assembleia Municipal, fazia parte a seguinte Ordem do Dia:

I – Informação acerca da actividade e da situação financeira do Município.

II – Apreciação, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e da respectiva avaliação, bem como apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas do ano 2006.

III – Apreciação e votação, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta de aplicação do Resultado Líquido do ano de 2006.

Seguidamente, depois do Sr. Carlos Rocha ter dado conhecimento da correspondência recebida, entrou-se no período Antes da Ordem do Dia, tendo sido feitas as inscrições para as respectivas intervenções. Foi, então, dada a palavra ao Sr. Dr. Simões Saraiva para fazer a seguinte proposta:

“Queria propor um voto de sincero pesar pela morte do Sr. António Mendonça que, a todos os níveis, era um Homem de uma grande honestidade, que era um Senhor que muito



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dignificava o comércio de Oliveira do Hospital, que a todos deixa uma grande saudade e que sempre esteve “agarrado” ao engrandecimento e ao desenvolvimento de Oliveira do Hospital.

Peço, se concordarem, que este voto seja transmitido aos seus familiares.”

A este propósito, o Sr. Carlos Rocha leu o seguinte mensagem do Sr. Dr. António Rodrigues Gonçalves, constante da sua comunicação de justificação de falta à presente sessão:

“Solicito ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que comunique aos membros da Assembleia e presentes que me associo à manifestação de pesar que essa Assembleia não deixará de prestar pelo falecimento recente do Sr. António Mendonça.”

Em seguida, tomou a palavra o Sr. Carlos Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Eu habituei-me, após o 25 de Abril e talvez um ou dois anos antes, a ter como companhia nalgumas lides o António Mendonça. Foi uma das pessoas que, em termos políticos, me ajudou a formar, me ajudou a conhecer, me ajudou a abrir muitas vezes para a vida e para a política e também para todo o sector de Oliveira do Hospital, em termos industriais e comerciais. Acompanhei-o algumas vezes a reuniões, estivemos juntos nalguns sítios, e não podia deixar de lembrar e relembra que ele foi representante do PS nesta Assembleia Municipal, durante quatro ou cinco mandatos seguidos. Neste último mandato não foi candidato por razões pessoais.

Queria deixar aqui um voto de pesar. Aliar a mim próprio e ao partido que represento, aliar àquilo que já foi exposto pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal e do Dr. Gonçalves, um voto de profundo pesar por um Homem que sempre lutou por esta Terra, que sempre foi capaz de pôr o nome de Oliveira do Hospital acima de tudo, acima do seu próprio nome, em tudo o que fez. Era um Homem simples, com carácter, com vontade, com força de trabalhar. É este o exemplo que eu penso que esta Assembleia e este concelho deve lembrar com fervor e sem esquecer. O António Mendonça faz muita falta a esta Assembleia e a este concelho e nós concerteza que vamos sentir essa saudade.”

Terminada esta intervenção, foi posta à votação a proposta de voto de pesar pelo falecimento do Sr. António Mendonça, subscrita pelo Sr. Dr. Simões Saraiva, Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves e Sr. Carlos Mendes, tendo sido aprovada por unanimidade.

Seguidamente, o Sr. Dr. Simões Saraiva fez a seguinte proposta:

“Queria propor um voto de congratulação porque ainda estamos a ouvir os ecos de anteontem. Foi com grande júbilo que o País inteiro vibrou após trinta e três anos, em que um punhado de heróis restituíram a Portugal a liberdade e, mais do que a liberdade, a dignidade que há muitos anos merecia e não tinha.

Portanto, pelo que para nós todos significa, de profundamente importante, o dia 25 de Abril, eu proponho um voto de congratulações, para todos os que assistiram e, muito particularmente, para aqueles que realizaram um acto heróico.”

Posta à votação a presente proposta, foi a mesma aprovada por unanimidade e com alguns aplausos.

O Sr. Dr. Simões Saraiva apresentou ainda a seguinte proposta:

“Julgo que todos se deram conta, independentemente de poder haver a não concordância de alguns... Mas eu insisto em propor um voto de congratulação porque cinquenta anos foram



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

passados após um Tratado muito célebre: o Tratado de Roma. Começando por cinco países europeus, que se uniram e que perceberam que os grandes espaços e que o entendimento entre as nações cria blocos com força e com capacidade de intercomunicação e de interajuda, chegámos hoje a uma Europa que conta com uma união de vinte e sete países, apesar de todos os inconvenientes que isso também traz.

Penso que nós, Portugueses, muito temos que citar este dia e congratularmo-nos por ele porque, se não tivesse acontecido, os Quadros de Apoio, as participações e os financiamentos e tantos factores de ordem económica que vieram beneficiar este País, não teriam acontecido.

Proponho, então, um voto de vivas congratulações por termos assistido à passagem de meio século. E acrescento apenas isto: na história da Europa não há memória de ter acontecido o decurso de cinquenta anos sem que dois países dentro da própria Europa não tivessem tido uma beligerância, isto é, que não tivessem guerreado um com o outro. Penso que este entendimento que surgiu fez com que todos se unissem e que todos fossem muito mais comedidos na maneira de se agredir e de fazer com que criassem dentro da Europa um ambiente de mal-estar, de receio e de incomodidade.

Portanto, renovo o meu voto de congratulação.”

Em seguida, posta à votação a presente proposta do Sr. Dr. Simões Saraiva, foi a mesma aprovada por maioria, com três abstenções.

Para terminar, o Sr. Dr. Simões Saraiva fez a seguinte intervenção:

“Queria acrescentar ainda que não devemos, quando sentimos que alguma coisa de muito bem aconteceu, ficarmos calados e coibirmo-nos de manifestar o nosso verdadeiro sentimento. Penso que o Executivo proporcionou, a todos os que quiseram participar na comemoração dessa notável efeméride, um programa muito diversificado e extraordinariamente interessante, feito pelo Povo, para o Povo, onde tudo correu de uma maneira perfeita e onde, efectivamente, se dignificou a grande festa do 25 de Abril.

Penso também que não é por demais agradecer ao Executivo a maneira como organizou o 25 de Abril de 2007.”

Em seguida, foi colocado à votação a presente proposta de voto de agradecimento ao Executivo, tendo sido aprovada por unanimidade.

Interveio, depois, o Sr. Prof. João Dinis que fez a seguinte declaração:

“A abstenção tem este sentido: o Tratado de Roma de há cinquenta anos foi um tratado feito por cinco ou seis países. Foi o tratado do carvão e do aço; é bom que a gente não se esqueça que começou por aí. Portugal não tinha nada a ver com isso nessa altura. Hoje, infelizmente, nada temos a ver, não temos carvão nem aço. Poderíamos discutir aqui a adesão de oitenta e cinco. E, sobretudo, poderemos pensar se, às portuguesas e aos portugueses, é dada a possibilidade de se pronunciarem sobre isso que algumas famílias políticas andam a “cozinhar”, que é a futura Constituição Europeia.”

Seguidamente, tomou a palavra o Sr. Dr. António Simões Saraiva, que fez a seguinte intervenção:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Peço desculpa ao meu bom amigo, o meu caro e distinto Presidente da Junta de Ervedal, Sr. António Jorge, por não lhe fazer esta participação muito directamente mas não tive oportunidade de lhe colocar o problema. Por outro lado, talvez colocando este problema aqui lhe seja mais cómodo porque, dada a sua dimensão, esta questão teria que chegar aos ouvidos do Sr. Presidente da Câmara.

É o seguinte: há, no concelho de Oliveira do Hospital, um monumento que é do mais importante valor arquitectónico e arqueológico e que são as Palheiras dos Fiais. Constituem um mistério porque ainda não houve nenhum arqueólogo que soubesse exactamente qual o significado delas e é reconhecido que aquilo que ali está funcionou durante séculos. Quero dizer, com muita mágoa – que estive lá há três semanas e depois ausentei-me – que os proprietários das Palheiras estão a vendê-las pela pedra. Já desapareceram três Palheiras. No dia em que lá fui, vi um tractor e uma casa completamente derrubada e as pedras já em terra. Esconderam-se todos porque eu andei atrás deles para ver quem estava a derrubar as Palheiras. Voltei lá daí a dois dias e, dessa mesma Palheira, já não havia nem um cisco.

É só para chamar a atenção pois, pelo local, vê-se quem foram os donos das Palheiras que as venderam, quem foi que as demoliu. Penso que é urgentíssimo tomar-se em consideração a gravidade de que estão a destruir um dos monumentos de maior atracção científica e um dos monumentos que mais enchia de mistério a arqueologia portuguesa.

Peço ao Sr. Presidente da Câmara, e o Sr. Presidente da Junta certamente colaborará, que, dentro das suas possibilidades – o que não é fácil – se consiga encontrar quem foram os infractores, para que não aconteça que, daqui a um ano, não exista uma Palheira.”

Foi, depois, dada a palavra ao Sr. Carlos Mendes que fez a seguinte intervenção:

“Pretendia falar do 25 de Abril e de tudo aquilo que se fez. Penso que jamais voltará a não se comemorar o 25 de Abril em Oliveira do Hospital. Penso que foi uma jornada que correu muitíssimo bem. Penso também outras coisas que não vou dizer aqui. É que pode haver alguns aproveitamentos de tudo aquilo que se passou, mas isso é normal. Mal de nós se não aproveitarmos as oportunidades que nos dão...”

Foi um dia bem passado, um dia em que se recordou e se enalteceu o 25 de Abril. Há alguma preocupação da minha parte em relação à juventude, em relação àqueles que dizem que já nasceram depois do 25 de Abril e que não sabem nada daquilo que se passou antes. Penso que nós, como Pais, como Educadores, devemos ter uma participação efectiva na educação, na lembrança de não esquecermos porque é que foi feito o 25 de Abril.

Há uns que dizem que hoje devia ser feito outro 25 de Abril. Se calhar têm razão nalgumas coisas, noutras não. Mas não nos podemos esquecer que podemos falar no 25 de Abril de 1974. Penso que Oliveira do Hospital voltou a pôr um pontinho no mapa das comemorações e espero que não volte a passar um dia 25 de Abril quer sem a bandeira hasteada quer sem comemorações.

O segundo ponto que queria referir é precisamente em função daquilo que se tem vindo a falar nesta Assembleia Municipal. Na altura, o Sr. Presidente da Câmara disse que daria informações depois de ter algumas reuniões e algumas certezas. Espero que, depois da última reunião de 27 de Fevereiro, haja mais algumas informações, para não continuar a haver algumas suspeições lançadas aqui pelo Sr. Presidente da Câmara de que alguns membros desta



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia sabiam mais do que ele em relação ao IC 6 e ao IC 7. Penso que isto tem que ser discutido claramente. O Sr. Presidente da Câmara costuma dizer que não fala muito para não errar, que não fala muito porque não gostaria de se adiantar às coisas... Mas penso que é, mais uma vez, a sua palavra que nos pode descansar ou não em relação a esta situação.

Continuo a pensar que estamos numa ilha de pedra, já o digo há muitos anos. Mas, espero que, nos próximos anos, o mais rapidamente possível, deixemos de ser uma zona... Porque nós estamos a perder uma série de situações. Penso que, neste momento, Oliveira do Hospital está a perder algumas oportunidades. Penso também que a Câmara terá que ser um dos motores do desenvolvimento de Oliveira do Hospital. Já temos os empresários, já temos as pessoas. Penso que a Câmara tem que dar algum apoio em termos de desenvolvimento. Nós vemos todos os dias os Presidentes das Câmaras a saírem dos seus concelhos, a irem para Lisboa, a irem para Coimbra, a irem ao estrangeiros, às feiras, buscar investimentos. E aquilo que me preocupa é precisamente eu ver todos os dias nos noticiários que determinados Presidentes de Câmara – felizmente do interior – foram buscar empresas que vão investir milhões de contos... Eu sei que há várias questões que se podem pôr para as pessoas não investirem aqui mas nós temos que dar o pulo. Não podemos ficar sozinhos. E penso que o principal motor terá que ser a Câmara. A Câmara será o principal motor, em termos de libertação de terrenos, capacidade de diálogo, de procurar algumas coisas. Não podemos ficar parados no tempo. Penso que nós estamos a ficar parados no tempo, que terá que haver uma renovação no tecido laboral, empresarial, e o mais rapidamente possível, porque senão, daqui a uns anos, vamos ter graves problemas.

Fomos um concelho – felizmente durante muitos anos – com o pleno emprego. Esperemos que aquilo que afluíu a este concelho no último ano e meio não volte a acontecer. Felizmente as pessoas foram capazes de “dar a volta”. Houve cursos de formação, houve formação profissional. Penso que se conseguiu “dar a volta” e que o concelho não saiu muito beliscado de algumas situações. Mas, se continuarmos assim, o que é que será deste concelho? Temos que repensar, temos que pensar no futuro. Temos, acima de tudo, que lutar para que as pessoas cá fiquem e não fujam do concelho. Sem termos pessoas, não temos vida, não temos futuro, não temos concelho. Temos que pensar isso.

Sei que estamos numa charneira entre o interior quase profundo e o litoral. Mais uma razão para termos alguma capacidade para conseguirmos ir buscar algo ao litoral e ajudar a desenvolver este eixo do interior.”

Interveio, em seguida, o Sr. Prof. João Dinis, que fez a seguinte declaração:

“Viva o 25 de Abril!

Desejo saudar a Democracia e o 25 de Abril. E saudar as comemorações que este ano a Câmara Municipal patrocinou em Oliveira do Hospital. Foram comemorações dignas e dignificantes e esta é a apreciação global que se destaca.

Todavia, não posso deixar de registar desagrado pelo facto de não terem sido tidas na devida conta, pela Câmara Municipal, as duas únicas propostas que eu próprio fiz para integrar o “programa” municipal do 25 de Abril. Seriam o já tradicional jogo em futebol / veteranos e o endereçar-se um convite ao Coronel Rui Santos Silva para falar na “Tertúlia”. Recordo que o Coronel Rui Santos Silva é um destacado Capitão de Abril e que, por isso mesmo, foi condecorado pelo nosso Município a 7 de Outubro de 2004, no Dia de Município.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Realço que estas duas propostas foram por mim feitas à Câmara enquanto representante do meu Partido – o PCP – na “comissão” específica saída desta Assembleia Municipal, o ano passado, por proposta do senhor Presidente da Câmara avançada na Sessão de Abril, repito, por proposta avançada em Abril passado nesta Assembleia Municipal pelo Senhor Presidente da Câmara.

Conheço as razões invocadas para a decisão final de não entrarem tais propostas no “programa” e não vou agora discuti-las. Mas atenção que as duas propostas que fiz em nome do PCP não são, de forma alguma, propostas anti-25 de Abril, e também era o que faltava, certo?

Mas questiono: afinal, senhor Presidente da Câmara, para quê propor esta ou outra “comissão” se depois não demonstra suficiente sensibilidade para contemplar as propostas que dessa mesma “comissão” saem? Ora, nós entendemos que esteve bem o Senhor Presidente quando propôs a “comissão” e que esteve mal quando não aceitou as únicas propostas que representantes de outros partidos – que não o seu – aí fizeram.

Vamos fazer melhor para o ano que vem e vamos fazer ainda melhores comemorações do 25 de Abril! Vamos fazer cumprir Abril!

Entretanto, por falar em Democracia e para que a Democracia tenha conteúdos mais concretos na vida do Concelho e das Freguesias, continuo a propor à Câmara Municipal e ao Senhor Presidente que aceite dialogar com a Freguesia de Vila Franca da Beira – e com outras se outras assim o entenderem – sobre aspectos concretos da obra de intervenção na EN 231-2 que até já estará para concurso público.

Desses aspectos volto a salientar: a Rotunda: a confluência da Estrada Velha com a EN 231-2; as “passadeiras elevadas”, a desejável cobertura das valetas da Estrada dentro da Povoação; e tudo isto para melhor se acautelar a segurança de condutores e peões e se evitar acidentes graves. Faço notar que aquilo que volto a solicitar é o mínimo curial e democraticamente exigível no respeito pelas diferentes autarquias e pelos diferentes autarcas que não os deve haver de primeira e de segunda.

Mas também é preciso dialogar directamente, entre outros, sobre os projectos de prevenção de incêndios de arranjo de velhos e novos caminhos agro-rurais, sobre a rede da água pública em alta e em baixa.

Segundo a comunicação social, o Senhor Presidente da Câmara afirmou que o Governo tem avançado no encerramento de serviços “à moda do Governo” e em que este, o Governo, “falha quando toma essas decisões sem reunir com os Municípios” e que – continuamos a citar afirmações atribuídas ao Senhor Presidente da Câmara – “os municípios devem ser vistos, pelo Governo, como parte da solução e não parte do problema!” Ora nós estamos de acordo com o essencial das afirmações atribuídas ao Senhor Presidente da Câmara e que por este não foram desmentidas, pelo menos que se saiba.

Mas então e que nos diz o Senhor Presidente da Câmara quanto ao diálogo e auscultação prévios com as Freguesias ou pelo menos com aquelas que não prescindem desse direito eminentemente democrático? Então, a sentença só vale para o Governo e já não vale para a Câmara?

Ora, diga-se aqui com clareza: nós queremos, mais, nós exigimos, a possibilidade concreta de sermos parte da solução. Nós queremos ajudar a resolver problemas. Não nos



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

arranjam é mais problemas. Apoiem-nos e “deixem-nos trabalhar”!

Proponho ainda ao Sr. Presidente da Câmara que formalize de forma expedita e inequívoca, junto do Governo, uma proposta para que a EN-230 e EN-231-2 seja reclassificada se for essa a melhor forma de facilitar ou de exigir a comparticipação do Governo na obra que está para concurso público e que poderá custar ao Município ou dois milhões de euros ou menos um milhão se o Governo comparticipar.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. António dos Santos Lopes, que fez a seguinte intervenção:

“Já na última Assembleia levantei algumas questões acerca de dois requerimentos e de umas decisões que esta Assembleia tomou e que, até agora, não foram implementadas.

Quanto aos requerimentos, recebi uma resposta... Um dos requerimentos era para pedir a lista de pessoal do Município. Não sei qual é a dificuldade. Bem sei que ainda sou recordista nacional de todos os tempos a dirigir greves – não sei se é esse o receio – mas não estava propriamente a pensar nisso quando pedi o requerimento.

O outro era sobre a Eptoliva: já fui abordado por várias vezes, por mais do que uma pessoa, no sentido de levantar aqui o problema e eu penso que nós estamos aqui para representar as pessoas que estão lá fora e que nós confiaram. E mais não temos que fazer do que dar-lhes voz.

Foi-me dito que era necessário fazer os requerimentos bem circunstanciados, com algum doseamento. Também era bom esclarecermos isso.

Mas eu permitia-me ler o requerimento, onde dizia:

“Solicito a V. Exa. os seus melhores ofícios no sentido de que a Câmara Municipal me informe com a brevidade possível:

Tendo a Eptoliva – Escola Profissional de Oliveira do Hospital, ministrado o Curso de Design e Técnicas de Moda, gostaríamos de ser informados:

1. Máquinas e equipamentos utilizados, seus fornecedores e custos de aquisição.
2. Número de formandos que acabaram o curso e percentagem dos mesmos que conseguiram ingresso no mercado de trabalho.
3. Quadro dos formadores e respectivas habilitações.
4. Situação actual deste curso e do material utilizado no mesmo.”

A meu ver, penso que o requerimento está com clareza. Admito que possa haver outras opiniões.

Também na última Assembleia deixámos aqui um documento escrito com várias questões para a Câmara responder, como o encerramento do SAP, a extensão de saúde, a hipótese de encerramento da Zona Agrária, a eventual passagem da ESTGOH para as instalações da Acibeira, a não aprovação – no âmbito do Programa PARES da Segurança Social – da candidatura do Centro Paroquial de Ervedal da Beira, umas admissões que houve para os Espaços Internet, entre outras questões.

Nada disto foi respondido.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Se eu visse andar por aí assim muitas obras e a Câmara empenhada em as desenvolver, ainda percebia. Não vendo nada disso, não sei qual é a dificuldade. Já o Padre António Vieira dizia que “até os penhascos para as vozes têm eco”. Pelos vistos, aqui ainda é mais difícil que os penhascos para se ter estas respostas.

Portanto, desde a primeira intervenção que tive nesta Assembleia nesta tribuna, disse que estava aqui para dar o meu contributo pelo concelho. Tenho-o feito, quer ao nível pessoal, quer ao nível político. E mais não faço porque parece que estas minhas atitudes incomodam muita gente, especialmente o poder instalado. De todo eu não estou disponível para deixar de pugnar e de exercer os meus direitos. E é bom que isto fique claro aqui dentro desta sala porque eu jamais abdicarei dos direitos que tenho. E, aqui ou fora daqui, eu hei-de conseguir prosseguir os meus objectivos.

Posta esta introdução e para facilitar a acta, eu ia ler um documento escrito que tenho sobre o assunto:

“É público o respeito, consideração e amizade que nutro por V. Exa..

É consensual, entre os membros desta Assembleia, que a Mesa tem sabido estar à altura das suas responsabilidades, razão pela qual tem merecido o respeito de todos nós.

E é por ser assim, que muito estranhei a última correspondência de resposta a dois requerimentos nossos, onde, se invocou o artigo 53, alínea f), da Lei 169/99, de 18 de Setembro, e nos é “aconselhado” que nos devemos dirigir à Mesa e não ao seu Presidente. A questão, em si, é inócua. Eu preciso é que me respondam com verdade e prontidão às questões que colocamos, incluindo as citadas na lei, artigo e alínea, que também diz que compete à mesa dar informações sobre a execução de deliberações anteriores. Já aqui questionei o que estava a ser feito para dar cumprimento às deliberações desta Assembleia, sobre a homenagem a Fernando Lopes Graça, decisão unânime da Assembleia de 29 de Setembro passado.

Questionei sobre o Observatório do Ambiente, decisão desta mesma Assembleia, por unanimidade.

Questionei, por escrito, em 25 de Janeiro, sobre a lista dos servidores do Município, e voltei a questionar, na última Assembleia, e ainda não me foi respondido.

Pedimos, por escrito, em 14 de Fevereiro, informações sobre o curso de Design e Técnicas de Moda, ministrado pela EPTOLIVA, não tendo até ao momento, as informações pedidas.

Diz o artigo 46, nº 1, que a Mesa é composta por um Presidente, um Primeiro Secretário e um Segundo Secretário. Em todos os serviços públicos, Ministérios, quartéis, etc., a correspondência é dirigida ao responsável máximo que, por sua vez, delega em quem entende ou pode.

Conheço bem os meus direitos e os desta Assembleia, consignados no artigo 53º (e não só) e, para o caso, as suas alíneas d), f) e i). Como disse, preciso de respostas, não de aulas de legislação.

Bem sabemos que a cultura democrática não faz parte de alguns órgãos do Município e, nomeadamente, do seu Presidente.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Tem um problema: se aí fora se interpretam as votações e a vontade dos eleitores conforme as conveniências do momento, lamento, mas não posso fazer nada.

Nesta casa, e no que a mim me diz respeito, e àqueles que aqui represento, não será assim.

Agradeço e exijo do senhor Presidente e demais elementos da Mesa, as respostas às questões que estão em aberto.

Desde a primeira hora, afirmei que estou aqui para dar o meu contributo, não para a chicana política. Por isso, não abduco dos meus direitos, que mais não são os daqueles que me elegeram.

À mesa compete, nos termos da tal alínea f) que me foi invocada, dar cumprimento às resoluções desta Assembleia.

Espero que a Mesa saiba manter a postura até hoje assumida e que não se deixe envolver na tal falta de cultura democrática que neste concelho grassa, sendo certo que, não tendo, em tempo útil, as respostas solicitadas, faremos valer os nossos direitos nos locais próprios, fora desta Assembleia, atitude que ainda não tomámos por respeito a este órgão. Porque este é o local próprio para o debate político espero não ter que ir resolver, fora desta casa, o que a ela compete fazer cumprir.

Comemorámos, há dois dias, o 25 de Abril. Conquistámos, com ele, este valor maior que é o poder autárquico. Importa combater os pequenos caudilhos, que aqui e além, vá lá saber-se porquê, parecem não saber conviver com a liberdade e a democracia então instaurada e tentam denegrir esta conquista maior do nosso Povo.

Compete a esta Assembleia pugnar pelos valores da liberdade, da democracia e do verdadeiro poder democrático.

Estes são os valores que prosseguimos, quer a nível pessoal quer dos partidos que aqui representamos e, só nestes valores, se poderá contar com o nosso empenho e participação.

Objectivamente, que medidas pensa a Mesa tomar no sentido de serem cumpridas as deliberações desta Assembleia e respeitado o direito a informar e a ser informado de todos os elementos desta Assembleia, consignados na lei?"

Isto do 25 de Abril é muito bonito, de facto, mas seria bom que o 25 de Abril fosse todos os dias. Porque, comemorar o 25 de Abril e ver cada vez mais as famílias a passar fome e dificuldades e, como disse há dias, a nascerem as crianças nos comboios...

Estive na segunda-feira na Madeira. Há lá cinquenta e quatro freguesias, duzentos e cinquenta mil habitantes. Tem cinquenta e quatro centros de saúde; um por cada cinco mil. É do PSD. Como eu digo, não me preocupa muito a cor, apesar de gostar mais da minha. Gosto é de quem trabalha, de quem tem competência, de quem está empenhado em resolver os problemas, que é esse o único objectivo que aqui me traz."

Terminada a intervenção do Sr. António Lopes, o Sr. Carlos Rocha prestou o seguinte esclarecimento:

"Queria só fazer um pequeno esclarecimento: o Sr. Lopes fez o favor de citar alguma legislação e, provavelmente, ficou na ideia que essa legislação teria sido, eventualmente,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

indicada pela Mesa. Não é verdade. A Mesa limitou-se a transmitir ao Sr. António dos Santos Lopes, membro desta Assembleia Municipal, os ofícios remetidos pela Câmara.

O primeiro requerimento, recebido no dia 25 de Janeiro de 2007, dizia o seguinte:

“Nos termos da Lei e do Regimento da Assembleia Municipal, venho junto de V. Exa. Solicitar que mande a Câmara Municipal facultar-me uma listagem de todos os funcionários da Câmara Municipal, respectivas profissões, datas de admissão, tipo de vínculo e locais de trabalho.”

Este requerimento foi remetido de imediato à Câmara Municipal para emissão de resposta e foi enviada a seguinte comunicação:

“REQUERIMENTO DO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, SR. ANTÓNIO DOS SANTOS LOPES:

Tendo presente o ofício de V. Exa. sobre o assunto em epígrafe, informamos o seguinte:

1. Nos termos do disposto na alínea f) do nº 1 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, qualquer pedido dos membros da Assembleia Municipal deverá ser feito à respectiva Mesa e não directamente ao Exmo. Presidente da Assembleia;

2. Sem prejuízo do exposto no ponto 1 e nos termos da legislação indicada, os pedidos deverão ser fundamentados, com expressa indicação do interesse relevante para a autarquia que lhes serve de base, bem como com indicação concreta do(s) facto(s) que se pretende(m) esclarecer. Recomenda-se ainda, por razões de adequação e proporcionalidade, dada a afectação de recursos da autarquia, que estes pedidos sejam limitados ao mínimo indispensável ao correcto exercício do direito à informação.

Aguardamos assim a reformulação do pedido nos termos legais indicados, de modo a que lhe possamos dar resposta.”

Foi este o ofício, em fotocópia, que foi enviado ao Sr. António dos Santos Lopes.

O segundo requerimento enviado pelo Sr. António Lopes em 15 de Fevereiro de 2007, dizia o seguinte:

“Solicito a V. Exa. os seus melhores ofícios no sentido de que a Câmara Municipal me informe, com a brevidade possível:

Tendo a EPTOLIVA – Escola Profissional de Oliveira do Hospital, ministrado o Curso de Design e Técnicas de Moda, gostaríamos de ser informados:

1. Máquinas e equipamentos utilizados, seus fornecedores e custos de aquisição.
2. Número de formandos que acabaram o curso e percentagem dos mesmos que conseguiram ingresso no mercado de trabalho.
3. Quadro dos formadores e respectivas habilitações.
4. Situação actual deste curso e do material utilizado no mesmo.”

Sobre este pedido do Sr. António Lopes, a Mesa da Assembleia respondeu juntando cópia do ofício da Câmara Municipal, que diz o seguinte:

Tendo presente o ofício de V. Exa. sobre o assunto em epígrafe, informamos o seguinte:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

1. Nos termos do disposto na alínea f) do nº 1 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, qualquer pedido dos membros da Assembleia Municipal deverá ser feito à respectiva Mesa e não directamente ao Exmo. Presidente da Assembleia;

2. Sem prejuízo do exposto no ponto 1 e nos termos da legislação indicada, os pedidos deverão ser fundamentados, com expressa indicação do interesse relevante para a autarquia que lhes serve de base, bem como com indicação concreta do(s) facto(s) que se pretende(m) esclarecer. Recomenda-se ainda, por razões de adequação e proporcionalidade, dada a afectação de recursos da autarquia, que estes pedidos sejam limitados ao mínimo indispensável ao correcto exercício do direito à informação.

3. Sem prejuízo do exposto nos pontos anteriores informamos ainda, em relação às questões colocadas, que entendemos que a digníssima Assembleia se deve pronunciar exclusivamente sobre a actividade da Câmara na ADEPTOLIVA e não directamente sobre esta Associação e, conseqüentemente, sobre a EPTOLIVA.”

Terminada a prestação de esclarecimentos por parte do Sr. Rocha, o Sr. António Lopes pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Eu referi-me a duas decisões unânimes desta Assembleia. O PSD tem aqui a maioria. Se não quiser que sejam aprovadas, não deixa, e eu aceito as “regras do jogo”. Portanto, não é a mim que estão a faltar ao respeito; estão a faltar ao respeito a toda a Assembleia, que aprovou as propostas por unanimidade. E não vejo fazer nada nem ninguém me disse se fazem, se não fazem, se deixam de fazer. Portanto, não é a mim que estão a faltar ao respeito; é a esta casa e, enquanto eu for membro desta casa, pugnarei não só pelo meu respeito mas também pelo da Assembleia, que é esse o meu dever.

Deixo ainda uma moção solicitando que seja lida de seguida”.

Foi, então, dado conhecimento, pelo Sr. Carlos Rocha, da moção proposta pelo Sr. António dos Santos Lopes:

“AS NOVAS INSTALAÇÕES DA ESTGOH DEVEM SER CONSTRUÍDAS PELO GOVERNO EM OLIVEIRA DO HOSPITAL:

A Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital declara que, no seu entender, é necessário construir as novas instalações da ESTGOH – Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital – a curto prazo, nos terrenos que a Câmara Municipal adquiriu para esse efeito na Freguesia de Oliveira do Hospital.

Tendo até em conta que a Direcção do Instituto Politécnico de Coimbra, da qual directamente depende a ESTGOH nesta matéria, já decidiu que os alunos da ESTGOH vão pagar a propina máxima” (850,00 € em 2009/2010, quando este ano pagaram 505,00 €), também por isso é necessário dar melhores instalações e melhores equipamentos aos alunos bem como aos professores e funcionários da ESTGOH.

Mais se declara que ao Governo compete concretizar este projecto de forma condigna e expedita, pelo que se apela para a inclusão, de alguma forma, das verbas necessárias no Orçamento de Estado para 2008. Esta é uma das melhores formas de consolidar e promover esta Instituição enquanto património da Cidade, do Município e da Região.

Ao mesmo tempo a Assembleia Municipal exorta os Órgãos Autárquicos e todos os



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Autarcas, sem excepção, no sentido de se empenharem a fundo na concretização destes objetivos e antes que seja demasiado tarde para a ESTGOH.

Se aprovada esta “Declaração/Moção” deve ser rapidamente enviada pela Mesa da Assembleia Municipal, para:

- O Senhor Primeiro-Ministro, e Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.
- Os seis Grupos Parlamentares da Assembleia da República.
- O Senhor Presidente da Câmara Municipal e, por seu intermédio, para todo o Executivo Municipal.
- O Senhor Presidente do Instituto Politécnico de Coimbra, e Senhor Director da ESTGOH.
- Toda a Comunicação Social.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Raul Dinis, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente à ESTGOH queria dizer o seguinte: Lagares da Beira pertence ao concelho de Oliveira do Hospital e tem instalações que estão sem qualquer tipo de utilidade. Eu sou a favor da construção das novas instalações da ESTGOH dentro do concelho de Oliveira do Hospital, de preferência – como não podia deixar de ser – em Lagares da Beira. Estão criadas ali instalações que podem ser adaptadas e, provavelmente, sem tanto custo.

Portanto, vou votar contra esta moção, não pela não construção da Escola mas por defender que Lagares da Beira também pertence ao concelho e também pode perfeitamente acolher esse equipamento.”

Tomou, depois, a palavra o Sr. Carlos Mendes:

“Na sequência do que acabou de ser dito, penso que qualquer um de nós quer que a Escola seja construída. Acho que não está aqui ninguém que seja contra a Escola ou contra a sua construção.

Penso que é um *fait-divers* andarmos a falar em termos de Lagares ou de Oliveira do Hospital. Porque ninguém aqui falou que a Escola ia para Lagares, ninguém aqui falou que a Escola iria ser instalada em Lagares. Aquilo que ficou sempre na ideia foi que, na possibilidade das instalações ficarem na posse da Câmara, poder vir a ser feito um protocolo entre a Câmara, as instituições e a própria Escola Superior, para que se ministrasse uma fase final de um curso ou um ninho de empresas. Porque sempre foi dito – e a Câmara aí tem toda a razão porque comprou o terreno e está à espera da construção – que ninguém tirou a Escola de Oliveira do Hospital. Não nos podemos esquecer que, quer Lagares, quer Nogueira, quer qualquer uma das freguesias, pertencem ao concelho de Oliveira do Hospital.

É preciso é que as coisas venham, sejam construídas e fiquem. É preciso que, no futuro, a Escola seja uma boa escola, um bom instituto politécnico, seja reconhecida a nível nacional e tenha um grande aumento do número de alunos.

Penso que é esse o interesse desta Assembleia, da Câmara e da população de Oliveira do Hospital.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Seguidamente, o Sr. Prof. João Dinis fez a seguinte intervenção:

“É evidente que não pretendo, nem nunca pretendi, nem nunca dei provas disso, ser a pessoa mais interessada em que a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital seja feita. Não pretendo ter mais vontade do que ninguém sobre isso. Mas não é isso que se está a discutir e deixemo-nos de “manobras de diversão”.

O Partido Socialista, se tem uma proposta, desafio-o a fazer uma proposta alternativa e votamos as duas. Esta é clara: propõe-se que a Assembleia Municipal aprove que as novas instalações sejam construídas nos terrenos que a Câmara – que andou aqui a ser pressionada durante anos – comprou. Quatrocentos mil euros do nosso dinheiro municipal para comprar os terrenos e, agora, arranjam...

Não é isso que estamos a discutir e eu repito: não pretendo ter mais interesse que ninguém aqui dentro. Mas não é isso que se está a propor. E vamos, cada um, assumir as suas responsabilidades. Além disso, na Acibeira, ficava mais caro fazer adaptações do que fazer uma escola de raiz.

O que se pretende é que, quando se anda aí a lançar a confusão, a Assembleia Municipal clarifique. O PS, se não está de acordo, faça uma proposta. Votam-se as duas em alternativa. É assim que se discute isto. Faço é um apelo: é que se entenda nesta base.”

Depois, tomou a palavra o Sr. Prof. José Carlos Alexandrino:

“Quería dizer que, na última Assembleia, quando defendi a possibilidade da Escola Superior de Tecnologia e Gestão ir para Lagares da Beira, o Partido Socialista e a bancada a que pertenço, não me tinha “passado nenhuma procuração”. Por isso, quero dizer e reafirmar que esta minha opinião é sobretudo pessoal e absolutamente sem contornos políticos.

É que ouço discursos e ouço discursos às vezes demagógicos. Aqueles que acusam o Governo da desertificação do interior, vêm aqui e falam de políticas como “Lisboa é que é tudo e o resto é paisagem”. E também, no seu concelho, aos fazerem as transposições, fazem-nas ao contrário.

E o que eu venho aqui dizer é que é importante e de bom senso equilibrarmos as coisas. É um facto que a Câmara Municipal tem um terreno comprado com o objectivo da construção da Escola Superior. E eu acho que se deve ter isso em conta e que devemos procurar o que é melhor para o concelho. Eu, na minha opinião pessoal, acho que, se não for possível construir no terreno que a Câmara Municipal comprou, deve haver um projecto para a Acibeira. E não vejo problema nenhum que a Escola Superior de Tecnologia e Gestão seja construída em Lagares da Beira. Digo isso ao João Dinis, digo isso aos meus colegas do PS e digo isso aos Deputados do PSD. Na minha opinião, independentemente disso, o importante é que ela seja construída. Às vezes, baralham-se as políticas e parece que dá jeito.

Reafirmo que, se a solução passar pela Acibeira, por dar dignidade àquele espaço com a construção de uma Escola, não me parece que haja algum problema. É verdade que temos que ter em conta o factor da compra dos terrenos e ver onde é que o projecto fica mais barato.

De qualquer maneira, queria dizer que não era a posição do PS, era a minha posição, e vou votar contra a moção porque acho que já esperámos demasiado tempo e que a Escola em Oliveira do Hospital fica bem e em Lagares também fica bem.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Intervio, em seguida, o Sr. João Abreu:

“Já percebemos, pela intervenção do Carlos Mendes e do José Carlos Alexandrino, que isto não é uma proposta do PS. Surgiu na opinião pública mas parece que não tem paternidade.

Dá-me a ideia que – é evidente que o Partido Socialista vai dizer que há liberdade de expressão no partido – têm que se entender. Porque eu tenho aqui um artigo de fundo, de uma pessoa que reputo de bastante responsável e influente em termos de definição de estratégia política do Partido Socialista, que afirma taxativamente que a Escola deve ir para a Acibeira. Portanto, tem que haver aqui algum entendimento do que se pretende.

É evidente que, a mim, também não me repulsa nada que a Escola seja construída na Acibeira, em Lagares da Beira, no Ervedal ou em Meruge.

É evidente que o Partido Socialista fala nisto porque tem interesse em desviar a atenção do essencial. E qual é o essencial, na minha opinião? Há um terreno comprado pela Câmara Municipal. E, durante anos, ouvimos o PS a fustigar a Câmara com a necessidade de um terreno para, depois, haver aquilo que é necessário agora, que é o passo em frente do Governo. Essa é que é a questão que falta. É o Governo dar o passo em frente. Há um terreno. Então, inscreva-se em PIDDAC a dotação necessária para que se construa a Escola. E nós todos vamos apoiar.

Porque o que aconteceu este ano foi que, apesar do PCP ter feito uma proposta para que houvesse uma inclusão em PIDDAC de verba suficiente para a construção da ESTGOH, tal não foi feito. Portanto, o que todos temos que pugnar, e eu penso que esta moção é muito oportuna, é fazer força política para que o Governo dê resposta a um anseio profundo da população de Oliveira do Hospital: ter a construção da sua Escola Superior de raiz.

E, para a Acibeira, encontre-se outra solução, começando por resolver o problema técnico-jurídico que obsta a que haja outras soluções para esse espaço que é pena que esteja há tantos anos ao abandono.

O Partido Socialista que pressione os Secretários de Estado e os Ministros para que sejam generosos e para que inscrevam no Orçamento de Estado as verbas necessárias para a construção da ESTGOH.”

Seguidamente, depois de ter sido feito um intervalo de cinco minutos para que os partidos representados na Assembleia Municipal concertassem as suas posições, foi colocada à votação a Declaração/Moção apresentada pelo Sr. António dos Santos Lopes, tendo sido reprovada com trinta e dois votos contra e seis votos a favor.

Seguidamente, o Sr. Prof. João Dinis pediu a palavra para fazer a seguinte declaração:

“Duas notas prévias:

Ontem, a Assembleia de Freguesia de Oliveira do Hospital aprovou, por unanimidade, uma proposta congénere a esta. Hoje, aqui, verifica-se que votam contra esta proposta a bancada do PS e do PSD.

Da nossa parte, não temos dúvidas: ao Ministério do Ensino Superior e ao Governo compete a construção das novas instalações da ESTGOH. Atenção que, em 2009/2010, vai ter propina máxima. E isto é um golpe que lhe está a ser dado pela Direcção do Instituto Superior de Tecnologia. E mais: Oliveira do Hospital vai saber desta votação e esta votação não venceu a



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

razão.”

Foi, depois, dada a palavra ao Sr. Eng^o Carlos Maia que fez a seguinte intervenção:

“Estamos hoje a discutir uma questão que eu penso que poderia ser pacífica. Penso que estamos a criar um problema que não tem grande razão de ser.

Votámos contra esta moção por uma razão fundamental: esta moção refere uma questão que não tem dúvidas para ninguém. Nós queremos – e já foi dito pelo Carlos Mendes – a Escola em Oliveira do Hospital. Quando é alegado que a oposição exigiu ao Sr. Presidente da Câmara que arranjasse terrenos para instalar a ESTGOH – que arranjou tardiamente – nada disso está posto em causa. A Escola tem que estar em Oliveira do Hospital. Quando se adquiriram esses terrenos, foi dito que iriam servir para a instalação da ESTGOH tendo, eventualmente, uma cláusula de que poderia servir para outra coisa qualquer. Mas o objectivo fundamental era a ESTGOH.

Agora, ponho a questão nestes termos: está a questionar-se o problema da ESTGOH ir para as instalações da Acibeira, no sentido de se resolver um problema que está ali há anos. Qual é o problema, sabendo nós que hoje tudo funciona à base dos custos, se, porventura, os custos da instalação na Acibeira forem inferiores à instalação nos terrenos, que a ESTGOH seja construída em Lagares e a incubadora de empresas em Oliveira do Hospital, ou vice-versa se a questão dos custos for a inversa?

Nós votámos contra porque não estamos de acordo com aquela moção. O fundamental é ter cá a Escola, seja onde for, onde for possível criá-la.”

Seguidamente, o Sr. João Esteves fez a seguinte declaração:

“O PSD votou contra esta moção por duas razões fundamentais:

A primeira porque na moção induzia que a Assembleia iria aprovar uma moção em que iria dizer ao Governo que não aceitava a propina máxima. Nós não podemos estar aqui a dizer ao Governo qual a propina que seria fixada para aquele estabelecimento de ensino.

A segunda é que nós não vamos estar aqui a condicionar se a Escola é feita aqui ou em Lagares da Beira. O que o PSD, esta Câmara, os membros da Assembleia e toda a população querem é que a Escola seja feita no concelho. É um dos anseios do concelho de Oliveira do Hospital. Por isso, não nos vamos estar aqui a condicionar a uma proposta.

Sei que há diligências tratadas pela Câmara Municipal juntamente com as instituições que irão promover a edificação dessa Escola.

Foi fundamentado nisso que votámos contra.”

Retomadas as intervenções do período antes da Ordem do Dia, foi dada a palavra ao Sr. Eng^o Carlos Maia que fez a seguinte declaração:

“Quero ser breve para referir uma questão que me preocupa, que já foi hoje referida e que já foi objecto de conversa e de análises na tertúlia feita no 25 de Abril, na Casa da Cultura.

E não me vou cansar de referir isto nesta Assembleia Municipal. Porque, quando vejo este concelho a levar o rumo que está a levar... Não me vou cansar de o dizer. Quando eu vejo que esta Câmara, tal como é dito por um empresário, levou seis meses para dar uma resposta a



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

um investimento substancial neste concelho... Quem tem dinheiro, quem é empresário, quer agilidade, não quer burocracia, quer decisão de rapidez, porque os investimentos têm que ser feitos e terminados. Têm períodos para serem feitos. Não podemos andar a brincar com isto. É ver empresários a levar dinheiro para outros concelhos e andarmos a brincar com situações destas. Podiam estar em causa algumas dezenas de postos de trabalho.

Senhor Presidente da Câmara: mais uma vez lhe chamo a atenção numa situação e num ponto. O Senhor porventura é capaz de não saber isso, mas eu penso que já é tempo de aprender e de aprender alguma coisa: quem anda habituado a andar em meios empresariais sabe como é que os empresários funcionam. Quando os empresários deparam com situações destas, obviamente que vêm para os jornais fazer declarações destas. Porque eles não estão à espera que o Sr. Presidente da Câmara se decida a dar uma resposta a um investimento no concelho em que, pelos vistos, a ideia era criar cento e vinte camas em turismo e onde até parece que algumas expectativas de emprego foram criadas por pessoas do seu partido que estão aqui dentro.

Uma coisa é dizer que não tem que ir à procura dos empresários. Eu entendo que tem; os outros Presidentes das Câmaras também vão. Agora, pior ainda e mais grave, é quando lhe batem à porta da Câmara e se passa isto. Isso é que não pode ser, Sr. Presidente da Câmara. Se o Senhor não estiver disposto a fazê-lo pessoalmente, esta Câmara devia ter um gabinete de apoio ao investidor. Assim é que não pode ser.

Continuamos a ver os investimentos irem para os outros lados, postos de trabalho a serem criados noutros lados, e Oliveira do Hospital a continuar a definhar e a estarmos muito preocupados com algumas indústrias de confecções que aqui ainda temos muito resistentes e outras a fechar.

Sr. Presidente da Câmara: de uma vez por todas, vão ser-lhe pedidas contas. A juventude que quer continuar em Oliveira do Hospital não lhe vai perdoar isto. Nem a própria população de Oliveira do Hospital lhe vai perdoar isto.

Isto já me faz lembrar aquilo que se passava aqui há uns anos neste concelho em que empresários de Oliveira do Hospital saíram daqui para Arganil e para outros lados e que, já mais recentemente, saíram daqui para o Carregal e para outros lados.

Este estado de coisas não pode continuar.”

Intervenção, depois, o Sr. Eng^o Carlos Inácio:

“Concordando, naturalmente, com todas as intervenções dos colegas do meu Partido que me antecederam, gostaria, no entanto, de realçar a grande ênfase que foi dada este ano ao 25 de Abril. Tenho a certeza, também como já foi dito, que isto ficou, é para continuar e que, durante os anos todos que temos pela frente, teremos em Oliveira do Hospital um momento todos os anos que nos honrará a todos e que nos tocará profundamente, principalmente aos que viveram isto no corpo e no coração.

Uma achega às palavras do meu colega anterior: não sei se o Sr. Presidente da Câmara ouviu hoje a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro sobre a desburocratização, que se pretende simplificar os processos, PDM's e todas as medidas de desburocratização que se pretendem levar a cabo. Penso que também terá ouvido uma intervenção do Presidente da Associação Nacional de Municípios a dizer que era extremamente importante o que o Sr. Primeiro-Ministro tinha anunciado, que era bem-vindo. E utilizou uma expressão curiosa, semelhante a “por menos mãos



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que os processos passem, melhor o processo fica e menos situações complicadas ele vai ter”. Espero que isso aconteça em todo o lado e em todos os sítios onde passam os processos. Pelos vistos, nesta Câmara, alguns processos demoram demasiado tempo. Gostaria de fazer referência a um processo que acho que demorou muito pouco tempo e que é uma boa referência para esta Câmara e para quando se pretende investimento: é o caso do IKEA, em Paços de Ferreira. Espero que isso aconteça em Oliveira do Hospital com todos os projectos.

Uma outra referência também: o concelho de Oliveira do Hospital vive muito das confecções e bem. Não nos esqueçamos que a moratória que foi dada com os acordos sobre o comércio das confecções vai acabar em 2009. Portanto, neste momento, estamos todos a viver bem, está tudo bem porque o comércio livre dos países asiáticos está um bocado parado. Mas preparemo-nos para 2009 e pode acontecer alguma situação em Oliveira do Hospital que não seja favorável. Por isso, a Câmara, o Sr. Presidente têm que estar atentos a estas situações e captar fortemente investimentos para Oliveira do Hospital.

Uma outra situação que acho caricata é a seguinte: leio diversas intervenções na comunicação social, ouço diversas intervenções, e vejo sempre o auto-elogio da Câmara, o perfeccionismo e que tudo está bem feito. Nem tudo o que fazemos é bem feito; há muita coisa que não é bem feita. Mas, o que se nota aqui, é que tudo foi feito e é na perfeição. Pelo menos, tenhamos a ombridade de reconhecer alguns erros e que algumas coisas não foram bem feitas.

Uma outra questão: neste tempo da sociedade da informação e neste tempo que utilizamos cada vez mais a informática, porque é que desde Janeiro que não temos actas no site da Câmara Municipal e porque é que essa actas não nos permitem uma fácil consulta? As actas são essenciais para se saber o que se passa na vivência desta Câmara. Nem todos temos acesso a isso. Não há nada como consultar e sabemos muito bem que a transcrição que é feita nesta Assembleia Municipal e na Câmara é muito bem feita.

Uma nota final: acho que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal esteve extremamente bem hoje – como é, aliás, habitual – e que fez aqui uma série de referências importantes. Eu acho que a da Europa foi muito importante. Tenho a certeza absoluta que, se não estivéssemos na Europa e se não tivéssemos entrado quando entrámos, hoje estaríamos assaz bastante pior do que eventualmente poderíamos pensar que até estamos. Acho que há muito negativismo nos portugueses. Nós achamos que somos pequenos, que não estamos bem, mas eu acho que somos um País que “dá muitas cartas” em muita coisa e acho que a Europa nos tem dado muito.

Uma última questão e porque nos afecta a nós, membros da Assembleia Municipal: esta questão da comunicação do Sr. Presidente da Câmara por causa dos requerimentos. Acho que há um conjunto de preciosismos. Um requerimento dirigido à Mesa ou ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para mim tem o mesmo significado. A Mesa é o conjunto do Presidente com os Secretários. Quando alega o “interesse relevante”, quem é que vai avaliar o interesse relevante? É quem vai ler? Naturalmente e falo por mim, quando faço ou fizer um requerimento, de certeza que é de interesse relevante para esta Assembleia, para o concelho e para nós todos. Agora, depende de quem o avalia e a questão também está aqui.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. João Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Quería também congratular-me com o alto nível do programa das comemorações do 25 de Abril em Oliveira do Hospital, prova de que, de facto, o 25 de Abril também é sentido pela



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

população e merece ser comemorado.

Também queria dar conhecimento que foi aprovado um projecto para a instalação de um espaço de novas tecnologias em Meruge. Temos as todas as condições para que o espaço funcione mas continua a não haver ADSL. Estou a falar nisto porque, há algum tempo, a Assembleia pronunciou-se sobre esta matéria e eu gostava de saber se houve alguma resposta por parte do Governo ou das entidades a quem foi dirigida a proposta que foi aqui aprovada. Isto porque as diligências feitas junto da PT têm sido todas infrutíferas, sempre com o mesmo argumento – o dos tempos que correm – e que é o argumento economicista. Para eles não há justificação, do ponto de vista económico, para instalar um *link* de ADSL que cubra aquela zona. Eu creio que, dentro de dias, vamos tomar uma posição mais séria sobre o assunto. Isto tem um risco, como hoje o anúncio do Sr. Primeiro-Ministro de que os processos de aprovação dos PDM's vão ser desburocratizados. Ora, se nós tivermos esta afirmação produzida hoje no Parlamento na mesma conta que tivemos a afirmação que o Sr. Primeiro-Ministro fez de que o País estava todo coberto pela ADSL, vamos ter algumas dificuldades na implementação da lei.

A propósito do PDM, penso que era oportuno que o Sr. Presidente da Câmara desse uma informação à Assembleia sobre o ponto de situação do PDM e juntava a isso o pedido de informação sobre a implementação do acordo com as Águas do Zêzere e Côa relativamente à construção das ETAR's e à instalação do abastecimento de água em alta no concelho.

Por fim, trazia uma proposta para ser votada e que tem a ver com a construção dos IC's dentro do concelho.

E diz o seguinte:

“SOBRE A NECESSÁRIA CONSTRUÇÃO DOS IC'S DENTRO DO CONCELHO.

Senhores Deputados:

As recentes declarações do Senhor Secretário de Estado Adjunto das Obras Públicas e das Comunicações, feitas início de Março de 2007, afirmando que o IC7/IC6, na melhor das hipóteses só vai chegar até ao Poço do Gato e em 2008, portanto, deixando de fora o nosso Concelho do benefício destas fundamentais infra-estruturas rodoviárias, devem deixar-nos a todos apreensivos.

Estas declarações do Senhor Secretário de Estado Adjunto, contrariam, aliás, as declarações proferidas pelo mesmo governante em 2006, conforme foi abundantemente noticiado até pela imprensa local.

Esta situação é tanto mais paradoxal, quanto os estudos apresentados à Câmara Municipal no âmbito da revisão do Plano Director Municipal, ainda contêm três alternativas para o traçado dum hipotético ”IC 7”, com passagem a Norte da Cidade, com todos os inconvenientes que tal indefinição traz para o interesse público e privado quanto à expansão urbanística.

Em face desta postura que configura um claro menosprezo pelos interesses da população Oliveirense, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital exige ao Ministério das Obras Públicas e Comunicações a urgente definição do traçado do IC7/IC6 no Concelho e apela ainda para o Senhor Secretário de Estado - Adjunto das Obras Públicas e das Comunicações que providencie, tal como se havia publicamente comprometido, para que os IC's avancem dentro do nosso Concelho de forma expedita.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sobre esta proposta, interveio o Sr. Carlos Mendes:

“Não posso esquecer que as tais três alternativas para o norte do concelho, que foram apresentadas pela Câmara e sobre as quais o João Abreu falou, foram apresentadas em 2004. Não foi em 2005 nem em 2006. Já foi em 2004. O estudo que estava feito na altura era até Vendas de Galizes e, depois, existia a alternativa para a Covilhã pela zona do Alva e a alternativa de ligação para Celorico que passaria, mais ou menos, pelo traçado da EN 17, pelo lado sul. Em 2004, quando todos nós aqui éramos contra a construção da estrada pelo Vale do Alva, o Sr. Presidente da Câmara – e muito bem – apresentou um alternativa. Essa alternativa esteve “no saco” durante um Governo, dois Governos, três Governos. E, agora, vimos para aqui “bater” neste Governo?”

Vou votar contra a moção. Se, neste momento, a estrada vier até ao Poço do Gato, bem feita, e que o estudo que foi apresentado como alternativa – as tais três alternativas apresentadas pelo Sr. Presidente para a estrada – não nos estragar o Vale do Alva e passar pelo norte do concelho, não me importo de esperar mais dois ou três anos. O que é preciso é que a estrada seja feita. Nós sabemos, neste momento e por coisas que foram ditas pelo Sr. Secretário de Estado, que a ligação já não é Celorico mas Fornos de Algodres. Temos que ter tudo isto em conta. E peço ao Sr. Presidente da Câmara para voltar a ter uma reunião com o Sr. Secretário de Estado, para continuar a pressioná-lo. Acho que deve ser o Sr. a fazer isso pois foi para isso que foi eleito. E nós, a única coisa que temos que fazer aqui dentro, é pedir ao Sr. Presidente que faça.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Prof. João Dinis:

“Começava por fazer um apelo a uma das primeiras intervenções que sempre aqui se fazem cada vez que os novos membros são empossados: deixamos todos as camisolas partidárias à entrada da porta, vamos todos juntos pugnar pelos interesses do município... Mas, depois, vamos às votações e aí é que parece “que a porca torce o rabo”.

E lembro que, no dia 23 de Fevereiro, foi aqui apresentada uma proposta no sentido de se constituir uma comissão... E repito que é preciso ter em atenção que, quando a CDU faz propostas, fá-las com muito cuidado. Não faz propostas aleatoriamente nem de uma forma politiqureira. E foi proposto aqui que se constituísse uma comissão de todos os partidos da Assembleia Municipal, e desejavelmente também pela Câmara Municipal, que solicitasse uma audiência ao Sr. Secretário de Estado para procurar esclarecer com ele esta questão, entre outras. Esta Assembleia juntou os votos do PS e do PSD e votou contra.

Faço ainda um apelo para que se leiam e ouçam as coisas com cuidado. E não fiquem logo crispados por motivos de muito marcado sectarismo partidário. Porque, por exemplo, o segundo parágrafo da moção anterior não diz daquilo que o João Esteves aqui veio dizer. Leiam com atenção, ouçam com atenção e tenham calma.

Em relação a isto: o Engº Carlos Inácio falou nas actas. Então, leia a acta de 27 de Dezembro de 2006 e leia as suas declarações. Quer que lhas repita? Dizia o Sr. aqui em Dezembro de 2006 que “finalmente, para o ano vamos ter o IC 6. E, quando eu estou a falar assim, não estou a falar em meu nome pessoal nem como socialista; estou a falar em nome de quem vai fazer a obra, de quem a vai adjudicar.”

Sabe onde vai ficar em 2008? No Poço do Gato, que ainda nem é concelho de Oliveira do Hospital.

Portanto, a cada um segundo as suas responsabilidades. O que é preciso, para credibilizar



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a política e os políticos, é que se exija intransigentemente que se cumpra aquilo que se diz, que se promete e que se escreve.

Aquilo que agora se pretende e o apelo que se faz é que tenham calma e ouçam com atenção o que ali está.”

Seguidamente, o Sr. Carlos Rocha voltou a ler a proposta apresentada pela CDU e foi a mesma colocada à votação, tendo sido reprovada com trinta e um votos contra, cinco votos a favor e duas abstenções.

Votada a proposta, o Sr. Prof. João Dinis pediu a palavra para fazer a seguinte declaração de voto:

“Obviamente – até porque fomos os proponentes – votámos a favor da proposta. E é com pena e com constrangimento que se assiste de novo a esta votação. Há aqui uma aliança tácita explícita entre a bancada do PSD e do PS. Os Srs. não estão a pugnar na defesa dos interesses do município. Os Srs. estão apenas a votar contra por serem propostas apresentadas pela CDU. Não foi isso que os Srs. disseram, não é isso que a CDU faz, não é isso que a CDU quer. Porque nós aqui estamos a provar quem é pelos interesses do município e quem apenas segue cegamente as imposições partidárias.”

Por fim, o Sr. Dr. Simões Saraiva fez a seguinte declaração:

“Independentemente da bondade desta moção – que me parece que, no seu conteúdo, tem um valor intrínseco que não é de desprezar –, para mim e talvez por uma questão temperamental, a fraseologia empregue não me parece, pelo seu radicalismo, que vá mover quem quer que seja que receba isto. Ninguém exige coisa nenhuma e aquele “exijo” está perfeitamente desproporcionado e foi isso que me fez votar contra.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Rui Abrantes:

“Quero começar a minha intervenção fazendo referência ao passado dia 25 de Abril.

Desde a comemoração do trigésimo aniversário da revolução que não se assistia em Oliveira do Hospital às comemorações desta data.

Este ano, a Câmara Municipal, por iniciativa do Executivo em permanência, levou a cabo um vasto número de actividades, das quais permitam-me destacar a Corrida da Liberdade.

Apesar das condições climatéricas adversas, a adesão da população do concelho ao evento foi positiva, ultrapassando as 300 participações. No meu entender, esta deve ser uma actividade a manter, pensando na possibilidade de um crescimento faseado para que, daqui a poucos anos, se possa realizar um evento de nível regional ou mesmo nacional.

Gostava apenas, para terminar este ponto, de deixar uma palavra de incentivo ao Executivo, para que leve por diante todas as iniciativas que julgue adequadas, de forma a dinamizar e divulgar o nosso concelho.

É também com estas palavras que me dirijo a todas as associações, colectividades e clubes que, desde sempre, tudo fizeram para de uma forma ou outra, por vezes com grandes dificuldades, promoverem o nome de Oliveira do Hospital.

Refiro-me em particular ao Clube Seita, clube conhecido por vezes como o clube dos



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

malucos das motas, que estragam os caminhos aos Srs. Presidentes de Junta – a quem aproveito para agradecer a compreensão – mas que, ao longo da sua existência, tem da melhor maneira que sabe, que é organizando provas de reconhecido nível, projectado o nome do nosso concelho. A sua última actividade realizada no passado fim-de-semana de 7 e 8 de Abril é disso testemunho.

A quarta prova do Campeonato Nacional de Enduro, XIV Enduro de Oliveira do Hospital, foi por todos, desde elementos da Federação Nacional de Motociclismo, Pilotos e especialistas da modalidade, reconhecida como a melhor prova do Campeonato Nacional realizada até ao momento.

Fazendo votos que as restantes iniciativas a realizar, nas mais diversas modalidades alcancem o sucesso desta última, queria propor a esta Assembleia a aprovação de um Voto de Louvor a este Clube, como forma de agradecimento e de incentivo para a prossecução da sua actividade.

Para finalizar, apenas queria fazer referência ao programa Férias Ocupadas.

Depois do sucesso alcançado no ano transacto, é com grande entusiasmo que constato que o Executivo definiu para este ano de 2007, um alargamento do numero de jovens beneficiários deste programa dos 200 para os 350 e que houve uma redução na idade limite inferior dos 14 para os 12 anos.

Espero que a adesão por parte das entidades beneficiárias e por parte dos jovens seja a mais elevada, pois esta é uma forma de ocupar de maneira saudável os tempos livres contribuindo de forma útil para a sociedade.”

Em seguida, foi colocada à votação a proposta apresentada pelo Sr. Rui Abrantes, tendo sido aprovada por maioria, com uma abstenção.

O Sr. Prof. João Dinis pediu ainda a palavra para fazer a seguinte declaração de voto:

“Votámos a favor da proposta porque, de facto, nós não fazemos disto chicana política. Votamos as propostas que nos parecem boas e não votamos aquelas que não nos parecem boas. A diferencia passa por aqui também.”

Foi ainda dada a palavra ao Sr. Prof. José Carlos Alexandrino:

“Pretendia fazer algumas perguntas ao Sr. Presidente da Câmara e ao Executivo. A primeira coisa que gostaria de saber era como é que está elaboração da Carta Educativa do concelho, documento estratégico e que dará perspectivas futuras em relação ao número de alunos do concelho face a alguns estudos.

A segunda pergunta era no sentido de saber quantas escolas do primeiro ciclo vão encerrar este ano no concelho. Outra pergunta: sei que vai fechar a escola do primeiro ciclo da Sobreda e que os alunos vão ser transportados para o Centro Escolar do Seixo da Beira. Gostaria de saber se, em Setembro, o salão polivalente já estará a funcionar.

Também gostaria de saber como está a situação do saneamento e da água das Pedras Ruivas.

Pretendia também dizer que, no sector da educação, esta Câmara tem um bom projecto. Não posso deixar de o dizer. É talvez um dos poucos concelhos que os alunos do terceiro ciclo – que já não estão na escolaridade obrigatória – têm transportes escolares gratuitos. Por isso,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

também é de referir o que há de positivo.

Também acho que um princípio bastante transparente nesta Câmara é a atribuição de subsídios aos clubes. Há um princípio que é claro e transparente. E também me apraz registar isso.

Gostaria ainda de fazer uma referência: a Escola da Cordinha foi pioneira nos Cursos de Educação e Formação. E foi a primeira escola deste concelho que deixou de ter abandono escolar por causa destes cursos chamados de Educação e Formação. Hoje, de uma certa forma, não há abandono escolar no concelho e tal facto prende-se um pouco com estas políticas autárquicas. Também queria dizer que temos alunos de Avô, de Lourosa... Eu percebo que a Câmara tem feito um grande esforço para transportar estes alunos dos Cursos de Educação e Formação e sei que a Câmara quer abandonar um bocado o pagamento destes transportes. Eu percebo, até porque diversas escolas também diversificaram os cursos e o próprio PRODEP financia o pagamento destes transportes. Mas, o que eu queria dizer era que, neste momento, há uma fase de candidatura dos cursos, que a Câmara pode exigir aos Agrupamentos essas verbas do PRODEP, mas eu gostaria que não nos tirassem esses transportes nesta fase porque isso vai cortar a possibilidade de opção dos alunos sobre os cursos.”

Terminadas as intervenções do período antes da Ordem do Dia, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar alguns esclarecimentos:

“Porque acho que a intervenção do Sr. Engº Carlos Maia foi uma intervenção direccionada com toda a energia sobre a minha pessoa, porque eu já disse aqui, por diversas vezes, que a comunicação social escreve um conjunto de inverdades – para não utilizar outra expressão mais forte –, porque a comunicação social tem a obrigação de informar e de informar com verdade, eu vou informá-lo e a todos os outros do mencionado processo.

É um pedido de informação prévia de uma operação de loteamento na Chamusca da Beira, em que o requerente é a Imobiliária FTP, Lda:

Em relação ao conteúdo da notícia publicada na edição impressa do jornal “Diário As Beiras” de segunda-feira, 23 de Abril de 2007, difundida por outros órgãos de comunicação social, e, nomeadamente, quanto às declarações atribuídas ao empresário Fernando Tavares Pereira sobre “um grande investimento turístico na zona da Chamusca da Beira” e a alegada morosidade da resposta da Câmara Municipal, cumpre, a bem da verdade, esclarecer o seguinte:

Em 16 de Fevereiro de 2006, deu entrada nos serviços da Câmara Municipal um pedido de informação prévia sobre uma operação de loteamento que o requerente Imobiliária FTP, Lda, pretendia levar a efeito no lugar de Quinta de Sinde, em Chamusca da Beira, freguesia de Lagos da Beira.

O pedido, como é habitual, foi sujeito a Despacho do Presidente da Câmara Municipal nesse mesmo dia. Repito, nesse mesmo dia.

No dia 20 de Fevereiro de 2006, ou seja 4 dias após o pedido de informação prévia ter dado entrada nos serviços, a Câmara Municipal remeteu um exemplar do estudo que lhe estava subjacente à Direcção-Geral do Turismo, às Estradas de Portugal – Direcção de Estradas de Coimbra – e à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, para emissão do respectivo parecer.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Em 23 de Março de 2006, foi recepcionado na Câmara Municipal um ofício da C.C.D.R.C. sobre o assunto em epígrafe, solicitando o envio de informação sobre as áreas de terreno afectas ao empreendimento turístico pretendido que iriam sofrer intervenções e/ou ocupações, como por exemplo: edificações, acessos, estacionamento, passeios, parques, impermeabilizações diversas ou outras, a fim de ser possível determinar o valor a pagar pela emissão do parecer solicitado, que foi, como é habitual, sujeito a Despacho do Presidente da Câmara Municipal, nesse mesmo dia. Repito, nesse mesmo dia. Foi remetido ao requerente, para conhecimento e devidos efeitos, a 29 de Março de 2006.

No dia 27 de Março de 2006, foi recepcionado na Câmara Municipal, um ofício da Direcção-Geral do Turismo sobre o assunto em epígrafe, dando conta do parecer dessa entidade ao processo enviado, que foi, como é habitual, sujeito a Despacho do Presidente da Câmara Municipal, nesse mesmo dia. Repito, nesse mesmo dia. Foi remetido para conhecimento do requerente em 30 de Março de 2006.

No dia 17 de Abril de 2006, foi recepcionado na Câmara Municipal, um ofício das Estradas de Portugal, E.P.E. – Direcção de Estradas de Coimbra –, dando conta do parecer dessa entidade ao processo enviado, que foi, como é habitual, sujeito a Despacho do Presidente da Câmara Municipal, nesse mesmo dia. Repito, nesse mesmo dia. Foi remetido para conhecimento do requerente a 20 de Abril de 2006.

Em 31 de Maio de 2006, o requerente é informado de que sem o parecer da C.C.D.R.C. a autarquia não poderá analisar o processo, sendo necessário para o efeito dar resposta ao requerido por essa entidade conforme ofício da Câmara Municipal de 29 de Março de 2006.

Em 3 de Julho de 2006, o requerente, Imobiliária FTP, Lda, apresenta na Câmara Municipal os elementos que haviam sido solicitados através do ofício datado de 29 de Março, na sequência da comunicação da C.C.D.R.C., que, como é habitual, foram sujeitos a Despacho do Presidente da Câmara Municipal, nesse mesmo dia. Repito, nesse mesmo dia.

No dia 5 de Julho de 2006, os elementos em causa foram enviados à CCDRC.

No dia 19 de Julho de 2006, foi recepcionado na Câmara Municipal um ofício da C.C.D.R.C. sobre o assunto em epígrafe, em que enviava a guia de pagamento relativa à emissão de parecer, que foi, como é habitual, sujeito a Despacho do Presidente da Câmara Municipal, nesse mesmo dia. Repito, nesse mesmo dia. O requerente procedeu ao pagamento em 28 de Julho de 2006.

No dia 19 de Janeiro de 2007, foi recepcionado na Câmara Municipal, um ofício da C.C.D.R.C. sobre o assunto em epígrafe, dando conhecimento do parecer dessa entidade ao projecto enviado, que foi, como é habitual, sujeito a Despacho do Presidente da Câmara Municipal, nesse mesmo dia. Repito, nesse mesmo dia.

Na sequência de uma notícia publicada na edição de 20 de Fevereiro de 2007 do jornal “A Comarca de Arganil”, sobre o processo que agora deu origem à notícia publicada no “Diário As Beiras”, o mesmo foi presente em reunião de executivo de 2 de Março, tendo sido deliberado, por unanimidade, e atendendo a que o conteúdo da notícia não correspondia à realidade dos factos, solicitar ao Sr. Director do Jornal a publicação de uma nota informativa.

Em 21 de Março de 2007, o requerente foi informado, de acordo com o Despacho do Presidente da Câmara Municipal de 6 de Março do mesmo ano, do conteúdo da informação



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

técnica dos serviços, efectuada após estarem reunidas todas as condições necessárias, entenda-se os pareceres atempadamente solicitados.

Se bem me lembro, li na notícia em causa que a CCDRC tinha respondido logo e que a Câmara é que demorou o processo. Como podem ver, entre 29 de Março de 2006 até 19 de Janeiro de 2007, nada tem a ver com a Câmara. Eu também poderia ler – e os Srs. membros da Assembleia podem consultar o processo – a informação dos serviços. E há, relativamente a este processo, informações desfavoráveis, que nada têm a ver com a Câmara pois a Câmara só pode prosseguir depois de todas as informações serem favoráveis ao processo, o que não é o caso. Estamos perante um facto que me parece estranho, para não utilizar outra expressão. É um facto muito estranho.

E gostaria de dizer que o cuidado do Sr. Presidente da Câmara com os empresários e com os munícipes é total. São solicitadas certidões com carácter de urgência que são emitidas no próprio dia, em que o Presidente da Câmara dá dois despachos no mesmo dia. E o mesmo se passa relativamente a outros processos dos particulares. Quando um particular vem a esta casa queixar-se que o seu processo está atrasado, aquilo que o Presidente da Câmara faz não é atendê-lo no gabinete; vai com ele à Secção de Obras Particulares para determinar a causa da demora e, muitas vezes, põe os Técnicos a informar os processos na própria hora. Portanto, sobre isso estou completamente à vontade. Este é o procedimento que sempre tive, que sempre terei e que é completamente transparente e não deixa qualquer dúvida. E, se alguém tiver dúvidas, pode consultar os processos.

Sobre a questão da burocracia, que bom, que venha essa lei. Eu estou à espera dela há tanto tempo... Os meus pares no Executivo sabem que eu falo nisso a todo o momento, de termos leis que nos permitam ser mais rápidos na resposta àquilo que são as necessidades das pessoas. No que respeita ao PDM, por exemplo, há uma Técnica indicada pela DGOTDU, que nunca esteve presente em nenhuma reunião da Comissão Técnica de Acompanhamento e que, há algum tempo, enviou um ofício contestando muitas decisões já definidas ao nível da Comissão. Assim é impossível trabalhar; é insustentável.

É bom que se simplifique a lei no que diz respeito aos licenciamentos das obras particulares mas também é bom que se simplifique a lei no que respeita aos procedimentos das adjudicações das obras públicas.

E é por causa da burocracia nos procedimentos que obras, como a das redes de água e de saneamento a Pedras Ruivas, referida pelo Sr. Prof. José Carlos Alexandrino, só começou na passada segunda-feira, quando já devia estar pronta.

Sobre o IC 6 e o IC 7 e as propostas que aqui são feitas, eu acho que todos os Srs. Deputados têm o direito de fazer propostas, mas propostas que não condicionem aquilo que deve ser a acção governativa da Câmara Municipal. E algumas das propostas que aqui são feitas são para condicionar o desenvolvimento da actividade da Câmara Municipal, reconhecamos isso.

É como a Comissão do 25 de Abril. Qual Comissão? O Sr. (dirigindo-se ao Sr. Prof. João Dinis) veio aqui por acaso. E, numa reunião pública da Câmara, foi-lhe dada a explicação do motivo de uma determinada personalidade não ter sido enquadrada e convocada. Naquela reunião aceitou a justificação e agora não percebe...

Continuando sobre a questão do IC 6 e do IC 7. O Sr. Secretário de Estado foi convidado



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para estar aqui no dia 7 de Outubro, Feriado Municipal, tendo manifestado disponibilidade para cá estar. Julgo que, nessa altura, terá oportunidade, perante todos os oliveirenses, de dar explicações sobre a questão do IC 6 e do IC 7. Mas, há uma questão que me parece importante: eu não posso “atacar” o Governo no que diz respeito à continuação do IC na medida em que, se está a ser feito um estudo de avaliação estratégica sobre a questão da parte que falta do IC 6, do IC 7 e do IC 37, e se houve a anuência do Sr. Secretário de Estado para que a sua continuidade seja a norte de Oliveira, esse trabalho tem que ser devidamente elaborado. Não podemos estar aqui a fazer exigência de esta natureza ou de outra. Depois desse estudo estar concretizado e de se avançar para o estudo prévio, cá estaremos para nos pronunciarmos sobre as propostas que forem feitas. Fica no Poço do Gato porque tem que ficar pois, se nós defendemos a sua continuidade a norte, não vamos trazê-lo às Vendas de Galizes e, depois, fazer um nó atrás para lhe dar continuidade. Estes aspectos são extremamente importantes e é preciso que nos entendamos quanto a isto. Exigência ou solicitação sim mas quando se justifica.

O Sr. Prof. João Dinis também falou da falta de reuniões de trabalho. Eu já disse ao Sr. Deputado e vou dizer nesta Assembleia, para que todos fiquem a saber, que eu não posso andar a dizer-lhe dez vezes a mesma coisa. Há uma reunião e é dita uma coisa e o meu amigo ode vir, oito dias depois, a outra reunião, à espera que eu lhe diga coisa diferente. Eu sou defensor de reuniões de trabalho e do diálogo mas também não estou para estar a repetir o mesmo vezes sem conta. Isto é claro e inequívoco e não há, da parte do Presidente da Câmara, qualquer tentativa de não reunir com o Sr. Presidente da Junta de Vila Franca ou com qualquer outro Presidente de Junta do concelho.

Falando de outras questões que me preocupam, nomeadamente a que diz respeito ao Tribunal de Comarca: Sr. Engº Maia, não podemos estar, por um lado, a querer ter desenvolvimento e, por outro, não termos as estruturas naturais e normais de acesso para que esse desenvolvimento exista. O Tribunal é imprescindível, o SAP é imprescindível, bem como outros tipos de serviços. O que não pode é o Governo, por um lado, estar a encerrar serviços fundamentais e nós estarmos aqui, por outro lado, a falar de desenvolvimento.

Quanto às Palheiras dos Fiais, questão levantada pelo Sr. Dr. Saraiva, eu não tinha conhecimento mas irei tomar providências na próxima semana no sentido da fiscalização indagar o que se passou.

No que respeita à Carta Educativa, queria informar que está a ser elaborada, pelo que não posso adiantar muito quanto a esta questão. Quanto às escolas cujo encerramento está previsto para o próximo ano lectivo, são elas a da Sobreda e a de Negrelos. No que diz respeito ao salão polivalente do Seixo da Beira, é evidente que é impossível tê-lo pronto em Setembro, pois está a ser feito o projecto e este terá que ser submetido a parecer da DREC. Quanto aos transportes dos Cursos de Educação e Formação, o problema da Câmara é a falta de viaturas, nomeadamente com o encerramento de algumas escolas do primeiro ciclo. Não é a questão de haver qualquer má-vontade da Câmara relativamente a esta matéria. Por outro lado – e isto já foi transmitido aos Conselhos Executivos – devem ser criados cursos de forma a dar resposta àquilo que são os fluxos normais dos transportes. Isto porque, o que está a acontecer presentemente, é que há transportes que estão a ser feitos em sentido contrário, o que cria problemas acrescidos. Nós defendemos que a Educação é para todos e por isso deliberámos em reunião que ninguém pague transportes escolares no concelho. Queremos que os jovens vão à escola, que façam a sua formação, que fiquem com o 12º ano, no mínimo. Este é o nosso objectivo e tudo fazemos nesse



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sentido.

Depois, queria dizer ao Eng^o Carlos Inácio que, longe de mim pensar que fazemos tudo bem feito. Mas, aquilo que nós temos consciência de que fazemos bem feito e que podemos, inclusivamente, balizar com outros concelhos, temos que dizer que fazemos bem feito, até porque temos aí alguns que dizem que nós não fazemos nada bem feito. Mas não se esqueçam que o nosso concelho está classificado como moderadamente inclusivo e à nossa volta, os tais concelhos que os Srs. Deputados dizem que são bons, estão classificados como não inclusivos, como Tábua, Nelas, Carregal, Seia, entre outros. E é por isto que nós não temos acesso aos financiamentos do PARES e de outros Programas. Eu espero, no mês de Junho, dar uma informação mais abalizada sobre esta matéria.”

Em seguida, entrou-se no ponto I da Ordem do Dia – Informação sobre a actividade municipal –, tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal dado conhecimento da realização das seguintes reuniões e participação em eventos:

Dia	Reunião/Evento
27.FEV	Reunião com Director da ESTGOH
01.MAR	Entrevista para a revista “ <i>Ipsis Verbis</i> ” Reunião da Comissão Regional da Reserva Agrícola, em Coimbra
03.MAR	Realização do Programa “Terra a Terra” da TSF
05.MAR	Reunião com Direcção da Comissão de Melhoramentos da Gramaça Escritura de constituição da ADITO
06.MAR	Reunião com Direcção da Sociedade Recreativa Lealdade Sampaense Reunião com proprietário de terreno da Zona Industrial
07.MAR	Audiência com S.E. o Secretário de Estado das Obras Públicas, em Lisboa
08.MAR	Reunião da Comissão Regional da Reserva Agrícola, em Coimbra Assinatura de Protocolo com a ARCIAL
10.MAR	Feira do Queijo Serra da Estrela, Enchidos e Mel
12.MAR	Apresentação da Linha de Emergência Infantil/Juvenil do Projecto AGIR, Casa da Cultura
13.MAR	Reunião com empresários hoteleiros
15.MAR	Assinatura de Protocolo do Plano Nacional de Leitura, em Coimbra
17.MAR	Colóquio “Turismo, Património e Desenvolvimento do Vale do Alva”, em Avô
19.MAR	Reunião com empresa INVERTE – Promoção Turística
20.MAR	Assembleia Geral Ordinária da Empresa Águas do Zêzere e Côa, S.A.
21.MAR	Reunião com Administrador da Empresa Bernardo & Bernardo
23.MAR	Reunião com empresários concelhos – Centro Comercial Ameal
25.MAR	Comemorações dos 85 Anos dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital Comemorações dos 50 Anos do Tratado de Roma – Casa da Cultura
26.MAR	Reunião do SIADAP
27.MAR	Reunião sobre Carta Educativa na DREC Conselho Municipal da Juventude
28.MAR	Reunião com Director Distrital da Segurança Social de Coimbra Conselho Municipal da Educação
31.MAR	Assembleia Geral do Matadouro da Beira Serra
03.ABR	Inauguração do Lar de S. José, no Senhor das Almas
04.ABR	Apresentação do Programa Férias Ocupadas 2007



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

10.ABR	Reunião preparatória das Marchas Populares
11.ABR	Reunião da Comunidade Intermunicipal do Pinhal, em Figueiró dos Vinhos
	Reunião preparatória da Animação das Praias Fluviais
17.ABR	Reunião do SIADAP
18.ABR	Reunião com empresários concelhios – Centro Comercial Ameal
19.ABR	Reunião da Comissão Regional da Reserva Agrícola, em Coimbra
21.ABR	Assinatura de Protocolos em Alvôco das Várzeas
26.ABR	Assinatura do Auto do antigo edifício escolar tipo Adões Bermudes – Casa da Cultura

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara Municipal fez o seguinte ponto de situação das diversas candidaturas da Câmara Municipal:

Projecto	Ponto de Situação
- Estruturação do novo espaço da Feira	- Apresentada candidatura à Medida 3 do Programa Polis
- Espaço Internet do Seixo da Beira	- Reformulada candidatura à Medida 2.1 do Programa Operacional Sociedade do Conhecimento, conforme indicação do Gestor do Programa
- Consolidação, conservação, reabilitação e divulgação dos Monumentos Megalíticos de Oliveira do Hospital	- Candidatura aprovada em <i>overbooking</i> na Medida 1.1 do Programa Operacional da Cultura

Depois, o Sr. Presidente da Câmara Municipal prestou a seguinte informação sobre os trabalhos realizados no âmbito da defesa da floresta contra incêndios desde a última sessão da Assembleia Municipal:

DE 23 DE FEVEREIRO A 27 DE ABRIL

Trabalhos Executados pela *bulldozer*:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

Tipo de Máquina	Tipo de Operação	Mês	Designação do Caminho	Lugar	Freguesia	Extensão (m)	
Bulldozer	Aberura de Caminho	Fevereiro	Caminho Bejanca - Campo de Futebol de Alvôco	Alvôco	Alvôco das Várzeas	900	
	Aberura de Caminho	Março	Caminho Gramaça - Estrada Piodão - Vale de Maceira	Gramaçã	Aldeia das Dez	700	
	SUB-TOTAL						1600
	Arranjo de Caminho	Fevereiro	Caminho Quinta da Vale de Água	Parente	Alvôco das Várzeas	800	
	Arranjo de Caminho	Fevereiro	Caminho Quinta da Vale de Água	Parente	Alvôco das Várzeas	275	
	Arranjo de Caminho	Março	Caminho Campo de Futebol de Alvôco - Estrada do Avelar	Alvôco	Alvôco das Várzeas/Aldeia das Dez	1700	
	Arranjo de Caminho	Março	Caminho Lombardia	Aldeia das Dez	Alvôco das Várzeas	310	
	Arranjo de Caminho	Março	Caminho Gramaçã - Penedos Altos	Gramaçã	Aldeia das Dez	2900	
	Arranjo de Caminho	Março	Caminhos Limite do Concelho - Aldeia das Dez-Pomares	Quinta das Tapadas	Aldeia das Dez	2550	
	Arranjo de Caminho	Março	Caminho Quinta das Tapadas	Quinta das Tapadas	Aldeia das Dez	700	
	Arranjo de Caminho	Abril	Caminhos Florestais do Cimo da Ribeira	Cimo da Ribeira	Aldeia das Dez	700	
	Ponto de Água	Abril	Zona Envolvente do Ponto de Água	Cimo da Ribeira	Aldeia das Dez		
	Alargamento de Caminho	Abril	Caminho Agrícola "Caldas de São Paulo - Merujais"	Caldas de São Paulo	Penalva de Alva	800	
	Arranjo de Caminho	Abril	Caminho Florestal São Sebastião da Feira	S. Sebastião da Feira	Penalva de Alva	600	
	Arranjo de Caminho	Abril	Caminho Florestal Ribeira de Baixo	Santo António do Alva	Penalva de Alva	400	
	Arranjo de Caminho	Abril	Antigo Caminho do Rally	Fiais da Beira	Ervedal da Beira		
	SUB-TOTAL						11735
TOTAL						13335	

Trabalhos Executados pelas motoniveladoras:

Tipo de Máquina	Tipo de Operação	Mês	Designação do Caminho	Lugar	Freguesia	Extensão (m)
Motoniveladora	Beneficiação	Março	Caminho Florestal Depósito de Água de Lagos da Beira - Nogueirinha	Lagos da Beira	Lagos da Beira / Meruge	2200
	Beneficiação	Março	Caminho Florestal Depósito da Água de Lagos da Beira - Depósito da Água da Póvoa das Quartas	Lagos da Beira	Lagos da Beira	2500
	Beneficiação	Março	Caminho denominado "Estrada Antiga de Vila Franca"	Vila Franca da Beira	Vila Franca da Beira	800
	Beneficiação	Março	Caminho Florestal da Quinta do Pisão	Quinta do Pisão	Ervedal da Beira	2900
	Beneficiação	Março	Caminho Florestal Ponte do Salto - Vale da Madeira - Vale da Borracha	Vale da Madeira	Ervedal da Beira / Vila Franca da Beira	1400
	Beneficiação	Abril	Caminhos Florestais em Vila Franca da Beira	Vila Franca da Beira	Vila Franca da Beira	2100
	Beneficiação	Abril	Caminho Florestal Ponte do Buraco - Vila Franca da Beira	Vila Franca da Beira	Vila Franca da Beira	3300
	Beneficiação	Abril	Caminhos Florestais na Sobreda (Limite do Concelho)	Sobreda	Seixo da Beira	4000
	Beneficiação	Maio	Caminho Florestal Quinta da Baleia - Seixo da Beira	Quinta da Baleia	Seixo da Beira / Vila Franca da Beira	3850
	Beneficiação	Abril	Caminho do Campo de Futebol de Vilela	Vilela	Nogueira do Cravo	1350
	Beneficiação	Abril	Caminho Escola Primária de Lagos da Beira - Nogueirinha	Lagos da Beira	Lagos da Beira / Meruge	2600
	Beneficiação	Abril	Caminho Florestal Bobadela - Negrelos	Bobadela	Bobadela - Travanca de Lagos	1250
	Beneficiação	Abril	Caminho Florestal Soitinho - Aviários - Chamusca	Lagos da Beira	Lagos da Beira	800
	Beneficiação	Abril	Caminho Florestal Escola Primária de Lagos da Beira - Sandomil	Lagos da Beira	Lagos da Beira	1000
Beneficiação	Abril	Caminho do Forninho	Forninho	Penalva de Alva / Oliveira do Hospital	1900	
TOTAL						31950

A visualização deste documento não invalida a consulta do original



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Trabalhos Executados pelos Corta Sebes

Tipo de Máquina	Tipo de Operação	Mês	Lugar	Freguesia
Corta Sebes	Limpeza de Bermas	Janeiro	Vale dos Sonhos	Lagos da Beira/Penalva de Alva
	Limpeza de Bermas	Janeiro	Póvoa das Quartas	Lagos da Beira
	Limpeza de Bermas	Janeiro	Póvoa das Quartas / Nogueirinha	Lagos da Beira / Meruge
	Limpeza de Bermas	Janeiro	Póvoa das Quartas / Lagos da Beira	Lagos da Beira
	Limpeza de Bermas	Janeiro	Lagos da Beira / Nogueirinha	Lagos da Beira / Meruge
	Limpeza de Bermas	Janeiro	Lagos da Beira / Meruge	Lagos da Beira / Meruge
	Limpeza de Bermas	Janeiro	Meruge	Meruge
	Limpeza de Bermas	Janeiro	Meruge / Várzea de Meruge	Meruge
	Limpeza de Bermas	Janeiro	Lajeosa / Meruge	Lajeosa Meruge
	Limpeza de Bermas	Janeiro	Lourosa	Lourosa
	Limpeza de Bermas	Fevereiro	Quinta do Pisão	Ervedal da Beira
	Limpeza de Bermas	Fevereiro	Lajeosa / Quinta do Poeiro	Lajeosa
	Limpeza de Bermas	Fevereiro	Quinta do Poeiro / Lagares da Beira	Lajeosa / Lagares da Beira
	Limpeza de Bermas	Fevereiro	Limite do Concelho (Santa Eulália)	Lagares da Beira / Meruge
	Limpeza de Bermas	Fevereiro	Meruge	Meruge
	Limpeza de Bermas	Fevereiro	Lagares da Beira	Lagares da Beira
	Limpeza de Bermas	Fevereiro	Adarnela	Lagares da Beira/Travanca de Lagos
	Limpeza de Bermas	Março	Vilela	Nogueira do Cravo
	Limpeza de Bermas	Março	Ervedal da Beira	Ervedal da Beira
	Limpeza de Bermas	Março	Quinta do Pisão	Ervedal da Beira
	Limpeza de Bermas	Março	Quinta da Serrana	Ervedal da Beira
	Limpeza de Bermas	Março	Ervedal da Beira / Vila Franca da Beira	Ervedal da Beira / Vila Franca da Beira
	Limpeza de Bermas	Março	Vila Franca da Beira	Vila Franca da Beira
	Limpeza de Bermas	Março	Seixo da Beira	Seixo da Beira
Limpeza de Bermas	Abril	Sobreda	Seixo da Beira	
Limpeza de Bermas	Abril	Vale Torto	Seixo da Beira	
Limpeza de Bermas	Abril	Pedras Ruivas	Seixo da Beira	

FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEIS (PROJECTO AGRIS)

- Foram realizados até à data aproximadamente 8 hectares de Faixas de Gestão de Combustíveis. O total de Faixas a executar no ano de 2007, ao abrigo deste projecto, é de 95 hectares.
- Os trabalhos neste momento estão a decorrer no Alto de Rio de Mel (limite de concelho), Freguesia de São Gião.

INÍCIO DO PERÍODO DE VIGILÂNCIA, DETECÇÃO E COMBATE

- FASE BRAVO



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Início: 15 de Maio

Término: 30 de Junho

- FASE CHARLIE

Início: 01 de Julho

Término: 30 de Setembro

- As acções de vigilância e detecção de incêndios florestais, na área do Município, terão o seu início no dia 01 de Junho. Caso o Índice de Risco de Incêndio seja Muito Elevado ou Máximo, o período de vigilância poderá ser antecipado.
- Estarão no terreno as seguintes entidades: Serviços Municipais de Protecção Civil, Guarda Nacional Republicana (GIPS e EPF), Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital (Equipa AGRIS) e de Lagares da Beira (Equipa do Fundo Florestal Permanente), Equipa de Sapadores da Cooperativa dos Agricultores de Alvôco das Várzeas e da CAULE (Associação Florestal da Beira Serra).

EXPOSIÇÃO FLORESTARTE (EXPOSIÇÃO ITINERANTE)

- A exposição decorre de 15 a 27 de Maio no Salão Nobre dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital.

Terminadas as informações prestadas pelo Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Prof. João Dinis pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Câmara: eu não vim à reunião sobre o 25 de Abril por acaso. Fui contactado pelo Sr. Carlos Rocha, aproveitei e vim cá. Portanto, esta parte ficou esclarecida. E vim em representação do meu partido. E, quando nós participamos, é para participar, não é para brincar. O Sr. Presidente propôs uma Comissão e, a seguir, ignorou as únicas duas propostas que a Comissão lhe fez. Objectivamente, foi isto. E, se se está a lembrar, na reunião pública, até disse que eu tinha que me calar e até disse que eu tinha que sair da sala, recorda-se? Até se esqueceu, naquele momento, que era uma sessão pública. Isto é só para clarificar. É que, quando o Sr. Presidente da Câmara cá chegou, nós já cá andávamos. Não queremos dar lições.

E essa sua tentativa de vitimização...

Quando é que o Sr. Presidente aceitou discutir com o Presidente da Junta de Vila Franca da Beira a proposta de intervenção na estrada, um assunto que eu aqui levantei primeiro do que qualquer outra pessoa?

Andei aqui quatro anos a falar nos projectos de prevenção de incêndios. Ouviu, com quatro anos ao retardador, mas ouviu e ainda bem. Falei aqui da questão das férias ocupadas durante quatro anos. Ouviu, com quatro anos ao retardador. Mas ainda bem que ouviu.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sobre esta questão da actividade da Câmara: falou dos monumentos megalíticos; não sei se está a ser considerado o Castro do Vieiro ou o Castro da Póvoa. Eu penso que tem importância arqueológica mas não sou um especialista. Sei que já houve estudos nessa matéria e que aquilo corre o risco de desaparecer. Ou há uma intervenção... E vale a pena porque tem, pelo menos, três mil anos.

Aproveito para informar que, em Vila Franca da Beira, na mata que é pertença da Câmara, onde desejavelmente a curto prazo vai ser feito o parque merendeiro, houve em tempos uma anta de que ainda se pode ver o monte de terra onde esteve, devidamente assinalada. E, quando houver a intervenção na mata, que se tenha em atenção esse aspecto.

Sobre a questão da prevenção de incêndios, o Sr. Ministro da Agricultura, no dia 16 de Fevereiro disse, numa reunião onde eu estive, que, no âmbito do Plano de Desenvolvimento Rural, podem já ser feitas declarações de candidaturas ou intenções de candidaturas ao Sub-Programa 2. Esta candidatura da zona norte do concelho, que ainda não foi aprovada... É altura de fazer e já a apresentação dessa candidatura, se é que ainda não foi feita.”

Seguidamente, o Sr. Carlos Rocha pediu a palavra para prestar o seguinte esclarecimento:

“É verdade que estive reunido com o Prof. João Dinis e a Profª Fátima Antunes sobre a questão do 25 de Abril. Mas estivemos nessa reunião, não como Comissão, mas como elementos que iriam participar na tertúlia do 25 de Abril. Porque, para a Comissão, nenhum dos partidos indicou elementos.”

O Sr. Presidente da Câmara interveio ainda para fazer a seguinte declaração:

“Eu fico espantado, Sr. Prof. João Dinis. É que as iniciativas do Executivo foram todas propostas por si. Acho que tenho que lhe “passar a pasta” de Presidente da Câmara porque o Sr. é que tem as ideias e as iniciativas.”

Terminado este ponto, deu-se início ao Ponto II da Ordem do Dia – Apreciação, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e da respectiva avaliação, bem como apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas do ano 2006.

Foi, então, dada a palavra ao Sr. Carlos Mendes que fez a seguinte intervenção:

“Em relação à apreciação do Ponto II, penso que toda a gente, nas Contas do ano de 2006, já ouviu falar das percentagens. Felizmente, já ouvimos na rádio, já vimos nos jornais todos, que as percentagens de execução ficaram nos 62%, as percentagens do pessoal em 34,81% de todo o Orçamento, entre outras.

Queria só dizer que os nossos Vereadores da Câmara votaram contra as Contas de 2006. Tenho na minha mão a declaração de voto que foi feita por eles. Poderia aproveitar os meus cinco minutos para ler algumas das coisas que aqui estão e que eu acho que deviam ser do conhecimento de todos. Mas é um documento muito grande e só vou ler duas ou três coisas que acho importantes:

“As propostas não apresentavam nada de novo em relação aos anos anteriores. Tratava-se, fundamentalmente, do arrastar repetitivo das mesmas propostas dos Planos anteriores por cumprir. Alertou-se que a tão apregoada saúde financeira do Município poderia sustentar um Plano de maior alcance, com outra visão estratégica e outra hierarquia de prioridades. Não se



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aceitou as prioridades definidas pela maioria do PSD e a visão que trazem subjacente para o concelho defendendo, em alternativa, outro modelo de desenvolvimento e de intervenção da Câmara nas vinte e uma freguesias e no todo concelhio, tal como, com transparência, apresentámos aos oliveirenses em programa eleitoral.

Porque conhecemos a inconsequência, em termos de desenvolvimento económico, do modelo de investimento proposto, pela sua repetição e pelo incumprimento já esperado, em vários domínios de actuação. Como prognosticámos na altura, a maioria que governa a Câmara tinha pela frente um plano de investimentos em betão e alcatrão, vocacionado para gerir as competências autárquicas numa base mínima nos vários sectores – educação, desporto, cultural, protecção civil, ambiente, etc. – consubstanciado na atribuição de subsídios que originaram seis a sete Modificações ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para o ano. Pelos números expressos nos vários documentos não nos enganámos: foram seis o número de Modificações introduzidas.

Pela análise atenta feita ao Relatório de Gestão, deparou-se com a apreciação auto-elogiosa do desempenho dos vários pelouros da Câmara Municipal. Tal não nos surpreendeu. No entanto, não podemos ignorar os erros e as falhas cometidas em alguns domínios de intervenção: no ambiente, alguns problemas no apoio na solidariedade, alguns problemas na educação – como a maneira como foi tratada a questão da Eptoliva.

Temos também a consciência que o ano de 2006 foi um ano conturbado, diríamos mesmo conflituoso em termos políticos, o que, possivelmente, não ajudou o desempenho da autarquia. O conflito é sempre contraproducente e cria dificuldades acrescidas.”

Foi isso que se notou nesta Assembleia.”

Seguidamente, interveio o Sr. Prof. João Dinis com a seguinte declaração:

“CONTA DE GERÊNCIA CÂMARA MUNICIPAL – ANO 2006:

Estamos lembrados, ou a respectiva Acta nos ajudará, que o ano passado por esta altura, aqui mesmo na Assembleia Municipal, eu referi que a Câmara Municipal “devia” à minha Freguesia e à sua População pelo menos 80 mil Euros por não ter realizado, em 2005, as duas únicas obras que constavam no seu “Plano de Actividades para 2005”.

Pois, em 2006, aconteceu a mesmíssima coisa. O Parque Merendeiro e a pavimentação da Estrada Velha – obras que já constam desde há mais de seis em sucessivos “Planos de Actividades” da Câmara – continuam por realizar em Vila Franca da Beira. Correm mesmo o risco de se transformarem em “lendas”...Como outras obras, aliás.

Aqui se expressa o inequívoco e muito sentido protesto por parte do Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira!

Mas, já agora, lembro ainda a declaração proferida por um dos agora mais intervenientes “porta-vozes” da bancada do PSD nesta Assembleia Municipal – Rui Abrantes –, em Dezembro passado, aqui em Sessão da Assembleia Municipal aquando do debate sobre o “Plano de Actividades e Orçamento da Câmara para 2007”. Lembro pois que, nessa ocasião, e consulte-se a propósito a respectiva acta, o “porta-voz” ocasional do PSD também foi buscar o exemplo da dotação prevista para Vila Franca da Beira (no caso 135 mil Euros) para investimento, no Plano e Orçamento da Câmara para 2007, como um pretendido exemplo da forma transparente e



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

democraticamente exemplar como a Câmara trata todas as Freguesias, sejam ou não do PSD... Bem, que terá agora para nos dizer a bancada do PSD sobre a não realização, em Vila Franca da Beira, das duas obras previstas em Plano de Câmara para 2006 e que, por sinal, até são as mesmas que a Câmara não realiza desde há já alguns anos?...

O Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, ao mesmo tempo que rejeita quaisquer chicanas politiquieras em torno dos reais interesses da Freguesia que aqui representa e cujos interesses, sem cedências, entende defender, apela mais uma vez para o sentido da responsabilidade dos principais titulares dos órgãos autárquicos para que não defraudem mais as expectativas das Populações e para que cumpram aquilo que, democraticamente e à face da Lei, assumiram cumprir.

Aqui chegados, Senhor Presidente da Câmara Municipal, falemos de futuro desejavelmente próximo: - a Câmara vai ou não pavimentar, quando e como, a Estrada Velha? Faço notar que esta é uma pergunta à qual, naturalmente, espero uma única, clara e inequívoca resposta, e que é a bem acautelada mas também expedita execução da obra.

E, por falar em transparência, aqui também informo esta Assembleia Municipal que a Câmara Municipal transferiu, durante 2006, a importância total de 26.500 euros em transferências de capital para Vila Franca da Beira, embora 12.500 destes de facto digam respeito a uma obra iniciada em 2005. Entretanto, a Freguesia executou durante 2006, um orçamento total de 101.000 euros, ou seja, a Freguesia de Vila Franca da Beira arranjou muito mais dinheiro do que aquele do que aquele que a Câmara para lá transferiu.

Inclusivamente, a Junta de Freguesia foi buscar mais de 14 mil euros comunitários através de um projecto do Leader +, Programa aliás de difícil execução orçamental devido aos atrasos do Ministério da Agricultura em pagar os reembolsos.

Na Freguesia de Vila Franca da Beira, e desde há já alguns anos, não há uma única obra para a qual a Freguesia não tenha participado e até normalmente com mais verba do que aquela que recebe do Estado ou da Câmara. Mas continuamos a falar claro: - isto não significa que assim tenha forçosamente que continuar. Aliás, não vai continuar assim e, também por isso, da Câmara se espera que corresponda às nossa necessidades e anseios. Aliás, dentro daquilo que o Senhor Presidente da Câmara em geral assumiu na primeira reunião “plenária” que fez com os actuais Presidentes de Junta.

O Presidente da Junta de Vila Franca da Beira não pretende “fazer o que quer” e menos ainda pretende que alguém faça “o que ele quer”. Não é nada disso. Conosco não há razão nem vagar para birras ou teimosias. Nós não vamos por aí. Nós procuramos querer o que fazemos e batemo-nos pelo que é necessário fazer enquanto direitos legítimos e vontade assumida pela Freguesia e sua População.

E, tal como o Sr. Presidente da Câmara bem sabe, e tal como todo o Executivo Municipal já teve oportunidade de constatar, o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira até sabe ouvir, com vontade de ouvir e de servir, as propostas e opiniões fundamentadas e correctas feitas pelos eleitos e outros membros do PSD em Vila Franca da Beira. E aquilo que, porventura, o Presidente da Junta de Freguesia mais lamenta é que esses eleitos do PSD não tenham mais iniciativa.”

Foi, depois, dada a palavra ao Sr. Eng^o Carlos Inácio que fez a seguinte intervenção:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Queria chamar a atenção para o excelente documento produzido pelos Vereadores eleitos do Partido Socialista e para a declaração de voto conjunta que efectuaram. Acho que era bom que este documento fosse do conhecimento de todos pois resume o desempenho da Câmara Municipal durante o ano de 2006 e faz uma resenha muito simples, concreta e concisa do que se passou na Câmara Municipal em 2006.

Há aqui uma questão que me interroga desde que faço parte desta Assembleia Municipal e que tem a ver com as Grandes Opções do Plano e com o Orçamento da Câmara Municipal. Quando vemos nos jornais da nossa cidade – e bem – que o Orçamento da Câmara são “x” milhões de euros, dá um grande impacto. Mas, depois, vamos ver a execução orçamental e é de cinquenta por cento do que foi planeado. Isto é que não está bem. Eu não acredito que esta Câmara não tenha falta de arrojo, que não tenha falta de capacidade, para que tenha uma grande realização. Há aqui alguma coisa que está mal e que não consigo compreender.

Em termos de execução orçamental, ficámos na ordem dos 60%, quer na receita, quer na despesa. E conseguiu-se que a despesa subisse mais do que a receita, em termos de execução. Há aqui uma certa diferença.

Em termos de impostos, as receitas subiram, se calhar para criar alguma folga para tempos futuros e o Sr. Presidente da Câmara, provavelmente nos próximos tempos, vai diminuir o IMI e o IMT.

Nas Grandes Opções do Plano ficámos nos 54%. Eu pergunto porquê porque é muito baixo, Sr. Presidente.”

“SOBRE A APRECIÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2006:

Congratulamo-nos desde logo pela transparência com que foi elaborado o Relatório de Gestão. Sem a pormenorização a que chegou tornar-se-ia mais difícil, senão mais fastidioso, interpretar os principais documentos inerentes à Prestação de Contas. Fundamentalmente, porque é neste Relatório que percebemos o sentido político da actuação deste Executivo.

Por sabermos que o Relatório de Gestão é, seguramente, o documento mais lido, aqui faremos as necessárias referências.

1 - Num contexto de prolongada crise económico-financeira, mantendo-se a debilidade do investimento privado e acentuando-se a baixa do investimento público, em 2006 a Câmara Municipal sofreu o “congelamento” das verbas transferidas pela Administração Central, o que, só por si, significa uma diminuição em termos reais. Mas a redução real do valor das transferências tornou-se muito superior ao valor da inflação, dado que a Autarquia teve que suportar um aumento de 3% nos descontos obrigatórios para a Caixa Geral de Aposentações.

2 - É perceptível do Relatório de Gestão que, mau grado esta envolvente negativa, o Executivo Municipal se esforçou com vista a melhorar o bem-estar das populações que o elegeu em 2005. De facto, não conseguiu realizar tudo quanto desejava, tal como aconteceu em quase todos os domínios da sociedade portuguesa. Num ano considerado muito difícil, que afectou todos os Portugueses, em termos autárquicos basta referir que foi um ano de transição dos antigos Fundos Europeus/Programas Operacionais para o novo QREN, sobre o qual ainda ninguém sabe quando irá ter o seu início material.

3 - Assim e sem falsas modéstias, vamos relevar alguns pontos desse trabalho do



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Executivo, que nalguns sectores excedeu mesmo as expectativas:

- a continuação e aperfeiçoamento no sector da Educação que coloca este Executivo na vanguarda das políticas educativas da Região, senão mesmo do País;

- o incremento dos meios de acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação, confirmando a forte aposta deste Executivo na criação de condições básicas – e socialmente igualitárias – de aprendizagem, como resulta do apetrechamento informático dos Jardins de Infância.

- a evolução operada na política de defesa da floresta contra incêndios;

- a implementação do Programa “Férias Ocupadas” que, pelo sucesso, abre boas perspectivas de aceitação generalizada pelos Jovens;

- o muito que foi feito em termos de acção social, intencionalmente resumido na página 5 do Relatório;

- a oferta cultural promovida pela Autarquia, com paralelo ao nível do que se faz nas Autarquias de muito maior dimensão.

Sabemos que algumas iniciativas não tiveram a adesão pública que mereciam. O mesmo se passou com algumas iniciativas culturais no tempo da Presidência do Dr. Simões Saraiva. Não desistam ... mas associem a essas iniciativas um toque de marketing. Está na moda e as pessoas reagem bem.

- o apoio a todas as práticas desportivas: sendo inegável que o Concelho tem um bom índice desportivo, também é justo realçar que a Câmara Municipal apoia essas actividades com valores e meios muito acima dos Concelhos de igual dimensão. Se não é uma política desportiva, como dizem os críticos, é pelo menos uma alavanca importante como diriam os economistas;

- do trabalho já conhecido do GTL resultou uma proposta para Oliveira do Hospital com novos horizontes. É um trabalho que merece ser levado tão longe quanto os meios o permitirem;

- a conclusão de obras por todo Concelho, constantes da página 7 do Relatório de Gestão, das quais destacamos pela sua importância: a remodelação e valorização do Fórum Romano da Bobadela, a variante nordeste/nascente à cidade, a estrada Aldeia das Dez/Avelar/Alvoco das Várzeas, a variante Aldeia Formosa/N^a.Sr^a. da Estrela no Seixo da Beira, a variante que liga a Zona Industrial a S.Paio de Gramaços, o caminho Catraia de S.Paio/Santo António do Alva e o caminho do Borrallhal em Lagares da Beira.

4 - Quanto à Gestão Financeira, assim resumida pelo Executivo a páginas 7 do Relatório de Gestão: “foi feita uma rigorosa gestão dos recursos disponíveis, através de uma política sustentada de investimento autárquico em termos de infra-estruturas e equipamentos”:

Naturalmente que aplaudimos este procedimento. Sendo 2006 um ano de restrições generalizadas, o próprio Governo pediu – quando não impôs – que o desenvolvimento autárquico se não fizesse à custa de mais endividamento.

Como dissemos em anteriores intervenções sobre questões financeiras, o aumento da capacidade de endividamento originada por uma gestão cuidadosa e, porque não dizê-lo, exemplar deste Executivo, vai permitir num futuro breve o lançamento de novos projectos que a Autarquia tem em carteira, naturalmente a aguardar participação do QREN ou a



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Administração Central.

Tendo ainda em consideração

- o quadro-resumo da Execução Orçamental
- a estrutura e evolução do Orçamento de Receita e Despesa
- a certeza de que, em 2006, nesta Autarquia, 17% do valor das Receitas Correntes foram afectas às Despesas de Capital
- que o ligeiro aumento das Dívidas a Terceiros de Curto Prazo de aproximadamente 48.000 euros (de 176.985,63 € para 224.617,61 €), embora obrigue a uma gestão de tesouraria mais apertada em 2007, não retira o mérito de uma redução nas Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo de 197.641,02 €
- do nosso ponto de vista a rubrica “Custos e Perdas Extraordinárias”, do Mapa de Demonstração de Resultados, no total de 1.524.906,87 € merecia uma referência no Relatório de Gestão a explicar que a maior parte desse valor, precisamente 1.457.397,33 €, se refere às transferências de capital explicitadas no Anexo 19
- compreendemos as dificuldades encontradas na valorização do património que ainda falta incluir no Inventário dos Bens da Autarquia. Os Funcionários afectos a esse serviço têm feito um esforço louvável, mas que deve ser continuado. Quanto mais depressa se libertarem dessa tarefa, mais rapidamente podem iniciar a implementação da Contabilidade de Custos, que vai ser imprescindível na actualização de algumas receitas da Autarquia ... receitas que vão ser muito importantes para compensar parcialmente a redução que as transferências da Administração Central vão sofrer.

E vamos mesmo mais longe: face à capacidade de gestão e realização que ressalta dos documentos de prestação de contas de 2006, acreditamos que, entre muitos outros projectos que se concretizarão em 2007, se tornarão realidade num curto espaço de tempo também os seguintes:

- o espaço Internet em Seixo da Beira
 - a casa-abrigo para crianças e jovens em risco, em Travanca de Lagos
 - o roteiro e as bases de um circuito turístico concelhio
 - a continuação os estudos sobre as Zonas Históricas
 - as obras de recuperação da Zona Histórica de Oliveira do Hospital
 - a continuação da intervenção a Zona Histórica da Bobadela
 - a Incubadora de Empresas
 - o PDM.
- 5 - Em relação às obras que não dependem do Executivo Municipal.
- ficamos a aguardar que o IC6 se torne realidade em 2007/2008, convictos de que as palavras do Exmo. Secretário de Estado, Dr. Paulo Campos, são para cumprir;
 - que o Governo assuma e decida rapidamente a construção das novas instalações da



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ESTGOH;

- a concretização dos investimentos previstos pela Empresa “Águas do Zêzere e Côa” que nos parece terem sofrido alguma perda de velocidade na execução prevista. Fica-nos a dúvida se foi – ou não – estratégia para acompanhar a tendência governamental para a baixa do Investimento em 2006.

6 - Por tudo quanto fica dito, propomos a aprovação dos “Documentos de Prestação de Contas do Ano de 2006, bem como do Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e da respectiva avaliação”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. António dos Santos Lopes que fez a seguinte intervenção:

“Antes de entrar nesta questão do ponto da Ordem de Trabalhos, não posso deixar de manifestar algum desencanto com a postura da Mesa relativamente às questões que levantei aqui na minha primeira intervenção. É óbvio que, politicamente, isto é a solução que a mim mais me convém. A partir de hoje, e quero dizê-lo perante esta Assembleia, passarei também a estar na chicana política e desde já lhes quero dizer que tenho algum jeito para isso. Portanto, se é esta a postura que a Câmara quer ter e que a Mesa da Assembleia quer chancelar, cada um assumam as suas... Eu fui eleito, só tive votos para ser oposição. Como diz o Sr. Presidente, não tive votos para ser governo. Por isso, normalmente não digo aqui nada em apoio da Câmara. Limito-me a não criticar aquelas partes que já hoje ouvi elogiar e em que também nós estaremos normalmente de acordo, como é o caso da educação e outras mais. Do muito que nós falamos contra a Câmara nunca dissemos que o Sr. Presidente da Câmara era desonesto nem que não era trabalhador. O que dizemos é que é limitado nos horizontes e naquilo que a nós nos parece que deve ser o desenvolvimento do concelho.

Na última Assembleia, e já hoje, disse aqui que somos um concelho inclusivo. De facto, temos, ao nível do apoio a idosos e deficientes, uma boa rede de apoio, mas isso tem que ser reconhecido. Há a Fundação Aurélio Amaro Diniz, há a Igreja, há a Santa Casa da Misericórdia, e é uma vergonha para este País que o apoio a idosos seja feito quase exclusivamente pela Igreja e pela Santa Casa da Misericórdia, através das IPSS's, que prestam apoio a quase dois milhões de habitantes, que é a quase totalidade da população portuguesa. Portanto, virem os políticos tirar proveito de trabalho alheio, acho que é uma desonestidade. Sei que este concelho é generoso; é por isso que eu aqui estou, para agradecer essa generosidade. E sei que há aqui muita gente empenhada e abnegada nestes apoios. O que também sei é que é desonesto vir-se aqui tirar proveito disso.

Eu conheço o concelho de Oliveira do Hospital há cinquenta e três anos, quando cheguei aqui com três anos e meio. Ainda há dias eu parava na Sobreda, onde hoje está um grande pinhal e antigamente estava uma grande vinha, e a única diferença que há naquela estrada é que espalharam um bocadinho de alcatrão no intervalo dos buracos. Antigamente era toda em terra. Toda a freguesia de Seixo da Beira continua a ser assim; vou de Lagares para Meruge é uma desgraça, uma vergonha para os nossos dias. Portanto, de facto, eu ando habituado a outros níveis. Tenho-me referido aqui sempre a Câmaras PSD, onde eu vejo bom trabalho, outra forma de estar... Sei quantos habitantes tem esta população, sei quais são os rendimentos e também sei o que é possível fazer. Se o Presidente da Câmara e o Executivo estão satisfeitos, tudo muito bem. Espero que o eleitorado, em tempo útil, lhe faça a justiça que merece e nós tudo faremos



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para que assim seja.

O meu grau de exigência não tem nada que ver com a satisfação que eu vejo nesta casa. Portanto, será um defeito meu. Tenho andado noutros sítios, tenho visto fazer de outra forma, para melhor. E não é nenhuma animosidade particular contra a Câmara; eu sou oposição e o que me compete é estimular a Câmara para fazer melhor.

Finalmente, ouvi dizer há dias que o Sr. Presidente foi a Lisboa. Foi a primeira vez desde que aqui estou, talvez por desinformação minha... Já é um avanço. Esperemos que lá vá mais vezes e que essa política do Bloco Central encaminhe para Oliveira do Hospital os recursos que estão a fazer falta e que, também reconheço, só com as receitas da Câmara levará mais algum tempo.

Como também me espanta essa postura em relação à Escola. Afinal, ninguém quer a Escola? Para mim, ser em Lagares ou em Meruge, tudo bem. Então, porque é que se vota contra?

Portanto, se é para a política politiquice, a gente vai entrar nessa também e vocês vão ver que a gente tem jeito.”

Seguidamente, interveio o Sr. Presidente da Câmara:

“Afinal, pensei que estava aqui para discutir as Contas mas vejo que a Assembleia quer discutir Planos de Actividades... Houve algumas alusões às Contas mas, fundamentalmente, referiram-se a Planos de Actividades, que nada têm a ver com Contas.

Portanto, o que eu queria dizer era o seguinte:

Ponto um: a Câmara Municipal procurou, no seu Relatório de Gestão, dar uma ideia exacta e transparente daquilo que é a vida aqui nesta casa. Isso é um ponto importante. A Câmara não ocultou nada, como não oculta nada à Assembleia.

Não posso é aceitar que sejam feitas a algumas referências. Por exemplo, o Carlos Mendes referiu que as despesas com o pessoal foram 38% do Orçamento. Eu diria ao Sr. Carlos Mendes que o total de receitas do Orçamento foram treze milhões trezentos e setenta e dois cento e quarenta e oito euros e oitenta e três cêntimos; o total das despesas com o pessoal foram três milhões seiscentos e oitenta e seis novecentos e noventa e quatro euros vinte e um cêntimos, o que dá uma percentagem de 27,57% e não 34,81%, como dito.

Também já foi feita uma referência às despesas com o pessoal em alguns órgãos de comunicação social. As despesas com o pessoal foram as que eu já referi; as receitas correntes do ano de 2005 foram de nove milhões vinte e quatro mil cento e vinte euros e vinte cêntimos. Nós poderíamos gastar em pessoal, em termos legais, cinco milhões quatrocentos e catorze mil quatrocentos e setenta e dois euros e doze cêntimos. Nós poderíamos ainda gastar, em pessoal em qualquer outra situação, um milhão trezentos e cinquenta e três mil seiscentos e dezoito euros. Isto significa que, efectivamente, as despesas com o pessoal estão muito, muito abaixo daquilo que a lei permite. E também queria dizer que o Sr. Presidente da Câmara só abre concursos para pessoal quando, efectivamente, eles são estritamente necessários. E podia abrir concursos para o Quadro e não abre porque entende que a Câmara deve aliviar o seu peso com o pessoal na medida do possível.

Mas, quanto pessoal temos nós devido a medidas que têm sido tomadas – e bem – pelo Governo? Prolongamento de horários no pré-escolar, auxiliares para acompanhamento das



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

crianças do pré-escolar, enriquecimento curricular do primeiro ciclo, GTL. Portanto, há um conjunto de despesas com o pessoal que estão dentro destes parâmetros, ou seja, são pessoas muito necessárias em determinado momento, para o desenvolvimento de determinadas actividades, e que, quando não forem necessárias terão que ser dispensadas.

Quando aos impostos, face à execução que este ano vamos ter de IMI, se tivermos condições, ainda este ano irei propor uma diminuição da respectiva taxa. Para nós, esta é uma preocupação social.

No que diz respeito às taxas de execução, quando, no próximo ano, estivermos a discutir as taxas de execução do ano corrente, vamos ser ainda mais surpreendidos porque a taxa tem tendência a ser ainda mais baixa. Isto porque quase que não há financiamentos comunitários, há obras que teremos que lançar para podermos apresentar candidaturas e não vamos ter, neste ano, nenhuma obra grande que nos permita ter uma taxa de execução maior.

Tal como o PIDDAC do Governo, o Plano de Actividade é um plano de intenções, que se executa mais ou menos conforme as condições que estão disponíveis para essa execução.

Também gostava de dizer que a Câmara, no último ano, fez uma grande aposta na descentralização, com oitocentos e sessenta e seis mil euros a serem transferidos para as freguesias, não contando com as associações e IPSS's.

Estamos atentos, continuamos a apoiar as iniciativas e, ao nível da educação, continuamos a apoiar projectos de inovação científica ou outros projectos de inovação pedagógica, mesmo não tendo essa obrigatoriedade. E, brevemente, iremos entregar às escolas mais um conjunto de quadros interactivos, no âmbito das novas tecnologias.

Vamos analisar qual é a nossa capacidade de endividamento. Vamos avançar com um conjunto de obras que estão agendadas.

Mas, o que eu queria dizer sobre as Contas é que, felizmente, continuamos “de boa saúde” e talvez isso seja aquilo que poderá alguns engulhos a alguns que gostariam de nos ver com um grande peso de dívida para nada podermos fazer. Mas nós temos condições para fazer muita coisa e eu faço questão de avançar com essas obras porque são importantes para o desenvolvimento do concelho e para o bem-estar das pessoas que aqui habitam e que continuam a resistir e querer viver em Oliveira do Hospital.”

Depois da intervenção do Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Carlos Mendes tomou a palavra para esclarecer que, na página vinte e quatro do Relatório, é referido que “em termos de custos do exercício, assumem particular relevo os custos com o pessoal, que representam 34,81%”.

Terminadas as intervenções sobre os Documentos de Prestação de Contas do ano dois mil e seis, foram os mesmos colocados à votação, tendo sido aprovados por maioria, com cinco votos contra e três abstenções.

Seguidamente, o Sr. António dos Santos Lopes pediu a palavra para ler a seguinte declaração de voto:

“A CDU absteve-se tendo aliás em conta aquilo que já foi antes dito e nomeadamente:

Há uma demasiado baixa execução orçamental, 2006, em “despesas de capital” o que quer dizer que não houve os indispensáveis desenvolvimentos em obras...O que também torna



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

legítimo dizer-se que a Câmara está agora “a poupar-se” para investir mais junto às próximas eleições, o que, destaca-se, não é regular do ponto de vista democrático. Mas também não é financeiramente saudável porque tende para vir a concentrar, à frente, um maior volume financeiro num demasiado curto espaço de tempo.

Entretanto, não se põe em causa a apresentação “técnica” dos documentos e, apesar de tudo, 2006 é o primeiro ano do actual mandato autárquico, e foi um ano “matado”, pelo Governo, em termos da apresentação e mesmo de aprovação de novas candidaturas para obras subsidiadas.

Esta é a síntese, a apreciação política – e crítica – da CDU ao relatório de actividades e à conta de gerência da Câmara, ano 2006.”

Seguidamente, entrou-se no Ponto III da Ordem do Dia – Apreciação e votação, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta de aplicação do Resultado Líquido do ano de 2006. Não havendo quaisquer intervenções sobre esta matéria, a proposta foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Por fim, colocada à votação a proposta de aprovação da presente acta em minuta, para que produza efeitos imediatos, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Não havendo mais nada a tratar e sendo uma hora e trinta minutos, o Sr. Dr. Simões Saraiva declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente Acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim _____ Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente) _____

(Primeiro Secretário) _____

(Segundo Secretário) _____